



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PLP 76/03 - SUDENE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 2130/03	DATA: 28/11/03
INÍCIO: 12h37min	TÉRMINO: 15h53min	DURAÇÃO: 3h15min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h16min	PÁGINAS: 56	QUARTOS: 39

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

TÂNIA MARTA MAIA FIALHO - Vice-Reitora da Universidade Estadual de Montes Claros — UNIMONTES.
HARUF SALMEN ESPÍNDOLA - Pró-Reitor da Universidade Vale do Rio Doce — UNIVALE.
ARIOVALDO DE MELO FILHO - Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Regional de Montes Claros.
SUED KENNEDY BOTELHO - Representante da Associação dos Vereadores da Área Mineira da SUDENE — AVAMS.
GIL PEREIRA - Deputado Estadual de Minas Gerais.
CARLOS PIMENTA - Deputado Estadual de Minas Gerais.
ROGÉRIO CORREIA - Deputado Estadual de Minas Gerais.
EDSON - Representante do Consórcio Intermunicipal do Rio Pardo.

SUMÁRIO: Debate sobre inclusão de Municípios de Minas Gerais na área de atuação da SUDENE, quando ela for recriada.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Câmara Municipal de Montes Claros, Minas Gerais.
A reunião não foi iniciada formalmente.
Não foi fornecida lista com o nome completo dos participantes.
Há oradores não identificados.
Há exibição de imagens.
Há falha na gravação.



O SR. APRESENTADOR (Não identificado) - Passamos à composição da Mesa solene.

Convidamos o Presidente da Comissão Especial, Deputado Federal Marcelino Fraga, do PMDB do Espírito Santo; o Relator, Deputado Zezéu Ribeiro, do PT da Bahia; o membro efetivo do PT de Minas Gerais, Deputado Leonardo Monteiro; o Deputado Federal Athos Avelino, do PPS de Minas Gerais; o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, do PP de Minas Gerais; o Deputado Isaías Silvestre, do PSB de Minas Gerais; o Deputado Estadual Rogério Correia, do PT de Minas Gerais; o Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, Vereador Ademar de Barros Bicalho; o Líder da bancada do PT na Câmara Municipal, Vereador Aldair Fagundes Brito; o Sr. Secretário Municipal, Pedro Narciso; o representante do Prefeito Municipal de Montes Claros, Jairo Ataíde Vieira; o Prefeito Carlos Mário Pereira, da Prefeitura Municipal de Francisco Dumont e Vice-Presidente da AMAMS, representando a diretoria da entidade; o Prefeito de Nova Módica, Sinval Neves Miranda, Presidente da ARDOCE; o Prefeito de Coluna, Almerindo Augusto Oliveira, representante do Presidente da AMAJE; o Prefeito de Mendes Pimentel, Firmino Gonçalves Nascimento, Presidente da Açõ Leste; e o Prefeito de Ibiaí, Mauro César Sales Cordeiro, representando a Associação do Médio São Francisco.

Pedimos aos Srs. Deputados que se sentem para que possamos registrar os demais participantes.

Registramos a presença do Sr. Humberto Campos, Presidente do PT de Governador Valadares; do Sr. Alvedir Meirelles, Presidente da UCAMIG, Núcleo Vale do Jequitinhonha; do Prof. Haruf Salmen Espíndola, Pró-Reitor da UNIVALE; de Lucrécio Rocha, assessor da Deputada Maria do Carmo Lara; de Walter Andrade, assessor de comunicação do Deputado Leonardo Monteiro; do Vereador Marcos Dorival Vieira, Líder do Executivo da Câmara de Pirapora; do Prof. José Geraldo Kojac, Presidente da Central Única dos Trabalhadores; do representante da Associação dos Vereadores da Área Mineira da SUDENE; de Alexandre Pires Ramos, Presidente da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montes Claros; do Diretor-Geral do IDENE, Minas Gerais, Wallen Medrado, representante da FETAEMG em Montes Claros.



Posteriormente, registraremos a presença dos representantes das demais entidades parceiras, dos outros Prefeitos e também dos Vereadores da Câmara Municipal de Montes Claros.

Passamos a palavra, neste momento, ao Presidente da Comissão Especial, Deputado Marcelino Fraga, que dará prosseguimento à audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelino Fraga) - Bom-dia, companheiros e companheiras. Agradeço a todos a presença a este encontro. Aproveito para agradecer também ao Diretório Municipal do PT por ter organizado este encontro para tratar da criação da SUDENE. Cumprimento o nosso Relator Zezéu Ribeiro, que está fazendo grande trabalho neste projeto de recriação da SUDENE enviado pelo Presidente Lula para resgatar algo tão importante que no passado ajudou toda essa região. Com certeza, vamos dar continuidade ao projeto. Saúdo ainda os Deputados Athos Avelino, que é de Montes Claros, Márcio Reinaldo Moreira, Isaías Silvestre e Leonardo Monteiro, que vêm nos acompanhando, os Deputados Estaduais, as Lideranças, os Vereadores, Vice-Prefeitos, Prefeitos e as lideranças comunitárias.

É uma satisfação discutir com os senhores este assunto. Esta audiência pública já é a segunda realizada fora da Câmara dos Deputados. A primeira ocorreu em Fortaleza, na semana passada. Estaremos em Recife e Natal na próxima semana, dos dias 22 ao 23. Viemos discutir com a sociedade de Montes Claros e do norte de Minas Gerais para ver o que podemos fazer de melhor para o projeto de recriação da SUDENE.

Passarei a palavra ao Relator, Deputado Zezéu Ribeiro. Depois ouviremos os Deputados Federais, Estaduais e os representantes dos setores organizados do norte do Estado de Minas Gerais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO ZEZÉU RIBEIRO - Bom-dia a todos. Estou vindo a Montes Claros pela primeira vez. Disse aos Deputados Rogério Correia e Leonardo Monteiro, no avião, que já tenho uma experiência em Minas, mas com a Minas das minas e não com a das gerais.

Agora estou tendo a oportunidade de relatar importante projeto para o Brasil republicano. Esta é a definição primeira: saber que Brasil é este onde estamos e a



incorporação de milhões de brasileiros ao processo produtivo, aos benefícios da civilização, à redução das desigualdades regionais.

Essa é a proposta republicana que estamos enfrentando agora para uma tardia República. Se no geral os países tornaram-se independentes, retardamos esse processo por 70 anos, ao manter o Império e a escravidão. Isso trouxe seqüelas para a nossa realidade atual. Em função disso, houve um processo de concentração muito grande da riqueza, no âmbito das classes sociais e também do território.

No final da década de 50, no Governo JK, o governo de um mineiro, pensou-se no Brasil de outra forma e começou-se a gestar um processo de desenvolvimento nacional que teve início com Getúlio Vargas em 1930, um projeto de Nação.

As desigualdades eram muito fortes. Pensou-se, então, num instrumento para enfrentar essas desigualdades através do planejamento, da intervenção do Estado e de incentivos fiscais e financeiros ao desenvolvimento da região. É criada a SUDENE.

Cresceu o projeto de construção de Nação, vieram as reformas de base, as idéias e a incorporação, já no processo produtivo e no processo civilizatório de milhões de brasileiros.

Sofremos o golpe militar, que nos levou a um processo de centralização. Havia a idéia de se pensar no Brasil de forma ampla, de se ampliar as possibilidades de intervenção do Estado, ainda numa sociedade precária, sem planejamento. Nos Estados e Municípios a economia ainda estava dispersa, o papel do Estado era muito importante e a SUDENE teve papel executor. Depois do golpe, passamos pelo processo de centralização, de crescimento centralizado e autoritário. A SUDENE, no final, ficou restrita a uma mera administração de um fundo, sem planejamento ou intervenção.

A SUDENE passou por 3 fases. A terceira fase levou a um processo de transferência de renda não para o Nordeste, mas para o Centro-Sul. A intermediação era maior do que o incentivo feito através dos certificados de investimento, que tinham valor de face e eram comprados por um mínimo do valor. O Governo entrava com os recursos no valor de face, o mercado oferecia 20%, 10% até 5% do seu valor, e os recursos não vinham para o Nordeste.



O Presidente Lula tem a preocupação de implantar no Brasil um processo de planejamento sustentável social, econômica e ambientalmente. O crescimento tem que vir com a distribuição de riqueza.

Ouvimos falar muito que o bolo cresceria para depois ser dividido, o processo concentrado. Nos últimos 8 anos, no Governo Fernando Henrique Cardoso, disseram que investiriam onde havia infra-estrutura, porque isso faria o crescimento mais imediato e poderíamos depois alavancar o crescimento para dividir a riqueza — era o mesmo discurso.

Criaram-se 7 eixos de desenvolvimento que se resumiam no Paraná—Tietê, 70% dos investimentos iam para aquela área. Era mantida a concentração no Centro-Sul.

Era preciso pensar nesse desenvolvimento de outra forma, de forma integrada. A SUDENE vai trabalhar como órgão de planejamento, articulando as políticas públicas no Nordeste, integrando-o ao Brasil e à economia globalizada. Vai articular a intervenção dos órgãos, não só os regionais, mas os nacionais.

Esse caráter patrimonialista da sociedade brasileira se reflete na atuação dos órgãos. A CODEVASF, órgão importante que tem influência no Estado de Minas, tinha uma política que deveria pensar no Vale do São Francisco como um todo, tinha o seu orçamento a partir das emendas parlamentares. Em vez de dizerem: *“Olha, o planejamento do órgão é esse, vamos atuar em tal e qual região”*, diziam: *“Emenda do Parlamentar fulano, do Parlamentar sicrano.”* Quer dizer, uma apropriação privada de um órgão público. Era o patrimonialismo na essência.

A política da CODEVASF era completamente diferente da política do DNOCS, órgão que atua com os mesmos objetivos ou muito similares. Praticamente não se vinculavam.

Articula-se e promove-se o fomento através dos incentivos fiscais e financeiros. Essa é a idéia. A atuação da SUDENE vai ser feita respeitando o pacto federativo. Esse é um outro desafio republicano. Na nossa história, os recursos chegavam para os amigos do rei. Se o Governador é contra o Prefeito, não chega dinheiro para a Prefeitura; se o Presidente é contra o Governador, não chega dinheiro para o Estado. Não pode ser assim, isso tem que mudar profundamente. Quem vai executar a política vai ser um Governo do Estado, vão ser as Prefeituras e os órgãos de articulação regional.



Outro aspecto extremamente importante que estamos definindo na modelagem da SUDENE é a responsabilidade dos órgãos federais sobre o Nordeste. O Nordeste tem o BNB, e o BNDES só funciona para o Sudeste. Não pode ser assim, há responsabilidade dos órgãos federais, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e do BNDES.

O Senado agora aprovou, na Comissão de Assuntos Econômicos, projeto de lei que, tenho dito, é uma boa provocação: 35% dos investimentos do BNDES ficam localizados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A Deputada do Amazonas também fez grande provocação salutar, para podermos enfrentar o desenvolvimento regional: 70% dos recursos de ciência e tecnologia se destinam a essas regiões. Hoje se diz que é no mínimo 30%, mas não conseguimos alocar nem 12% dos recursos, porque há concentração histórica nesse processo.

Esse processo de discussão da SUDENE tem servido para pensar nas desigualdades regionais, estar atento a esse processo e nele intervir, para poder refazer nosso pacto federativo, para pensar em um Brasil novo, com outras condicionantes.

Há a questão fundamental da incorporação das novas tecnologias, da inclusão digital, da ciência e do aporte de recursos à pesquisa e à capacitação. Chamamos a universidade à responsabilidade de pensar também na região. Temos buscado trabalhar muito nesse sentido. No projeto que está na SUDENE está explícita a necessidade do desenvolvimento da ciência e tecnologia e da capacitação nesse processo de renovação econômica.

Quanto à modelagem da SUDENE, trato do poder: quais são as variáveis que vamos trabalhar para que ela seja forte? Ela tem que ser forte política e economicamente para poder intervir na região. Politicamente e com controle social efetivo. A sociedade, nas suas diversas formas de organização, deve intervir nesse processo.

Como construir uma SUDENE politicamente forte? No Conselho Deliberativo, institucionalmente composto pelos Governadores, pelas instâncias federais, pelos Ministérios e dirigido pelo Presidente da República. O conselho deve formular as políticas gerais e as diretrizes, deve pensar no processo de integração do Nordeste e definir as prioridades.



Inicialmente, desejava ampliar representações na composição do Conselho, mas o debate me levou a verificar que quando começamos a ampliar, dizem: “*Está faltando o Banco do Nordeste*”. Quando se diz que entra o Banco do Nordeste, a CODEVASF quer entrar e o DNOCS também. Isso é bom ou é ruim? Tem que entrar as universidades. Se começarmos a colocar muita gente no Conselho Deliberativo, retira-se o poder dos Governadores, que é importante e definidor das políticas.

Há que criar mecanismos de controle social. Ouvi diversas referências a associações de Prefeitos, Municípios se organizando e construindo associações de Prefeitos e de Vereadores. A sociedade se movimenta. Isso é importantíssimo. Com isso se estabelece um mecanismo efetivo de controle social.

A idéia do modelo é esse: o conselho forte institucionalmente, mas para cada diretriz, para cada área definida de atuação, forma-se um comitê gestor em que se tem a participação ampla da sociedade, com transparência, informação e gestão compartilhada.

Estamos imaginando um comitê da atuação local, que criará ampla participação das associações de Prefeitos. As Prefeituras estarão amplamente representadas, embora haja representação das Prefeituras nos demais comitês regionais, porque há interesse. Vamos criar o comitê da capacitação e da inovação tecnológica, comitê do âmbito da ciência e tecnologia, em que a participação das universidades será determinante, centralizada, mas elas vão estar representadas nos demais comitês.

Teremos o comitê da gestão financeira, dos incentivos. No Comitê da Agricultura necessariamente tem que estar o Banco do Brasil, que é o grande agente financiador da agricultura. O Banco do Nordeste deverá estar presente em todos os comitês.

Com isso se faz uma modelagem de tal forma que haja um Conselho Deliberativo permanente e Comitês Gestores com ampla participação social. A operação se dará sempre com os Governos Municipais, Estaduais e os órgãos federais de atuação na região.

A nova SUDENE não vai também analisar o projeto, como era feito antigamente, mas pensar estrategicamente, definindo diretriz e prioridade. A avaliação técnica, a viabilidade econômica e financeira de cada projeto vão ser



responsabilidade do agente financeiro, do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, da Caixa Econômica, do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil.

Estamos trabalhando também em relação ao investimento, como se faz o fomento. Há uma linha de atuação que é o financiamento e outra que é o incentivo fiscal. Vamos manter os mecanismos de incentivo fiscal, mas com muito mais controle sobre isso. O Ministro Ciro Gomes fala da blindagem. A blindagem maior que temos é o controle social. Existe a idéia de trabalhar com debêntures não conversíveis, para que se tenha controle mais efetivo sobre esse recursos, evitando o antigo mecanismo dos certificados de investimento, que geravam evasão de recursos da região.

É preciso trabalhar o incentivo, o financiamento. Os empresários têm reclamado muito, dizendo que vamos retirar os mecanismos de incentivos e de aporte de capital. Estamos evitando, no processo da nova SUDENE, que o Estado vire sócio das empresas.

Nas áreas de alta tecnologia ou nas que venham representar alteração profunda na economia da região, poderá haver a implantação da refinaria da PETROBRAS, de uma grande siderúrgica, quer dizer, de alguns projetos que tragam impacto efetivo, aí você tem um aporte de capital. Mas você vai trabalhar muito mais no financiamento e levar para o financiamento os critérios de aporte e de risco do financiamento feito pelo Estado. Usando que critérios? Se há uso intensivo de mão-de-obra, você tem um maior nível de incentivo. Se há inovação tecnológica, você tem maior incentivo. Se é para complementar uma cadeia produtiva agregando valor à produção regional, você tem maior incentivo. Se o projeto tem uma preocupação com a sustentabilidade ambiental, você tem incentivo. Então, é pelas negativas. Se o projeto é localizado numa região menos densa, com uma ocupação mais rarefeita, com a economia mais frágil, ele tem incentivo. Isso para trabalharmos de forma desigual também as desigualdades intra-regionais.

Se a antiga SUDENE trouxe desenvolvimento — e em Montes Claros tivemos desenvolvimento significativo —, efetivamente investiu de forma pontual no Nordeste. Criaram-se 3 grandes pólos: Recife, Fortaleza e Salvador. Se o investimento é para ser feito no Nordeste, é claro que o investidor vai preferir colocar o investimento onde há maiores facilidades. Então, vamos trabalhar também com os desníveis intra-regionais, usando esses critérios para a alocação dos recursos.



Nesse sentido, o Presidente Lula encaminhou um projeto para o Congresso Nacional em forma de projeto de lei complementar. Alguns defendiam a idéia de enviar esse projeto como medida provisória, para que a SUDENE tivesse de imediato a sua atuação, mas o entendimento adotado pelo Governo, que achei extremamente correto, foi este: não basta criar a SUDENE, ela tem que voltar com o espírito da unidade regional. Tivemos isto na época da sua fundação: o interesse geral da região superpondo-se aos interesses localizados, para que tivéssemos uma identidade muito forte na incorporação do Nordeste com um todo no processo de desenvolvimento desta Nação.

Então, é preciso haver uma mobilização social intensa nesse processo. Não basta existir uma SUDENE burocrática; a SUDENE tem que ter vida, tem que ter política, tem que ter determinação nesse sentido, porque quando falta esse aspecto, vira a luta farinha pouca, meu pirão primeiro, que aconteceu na reforma tributária, em que construímos um desenho de que os recursos para trabalhar as externalidades, no sentido da capacitação, da ciência e tecnologia etc. e no sentido da infra-estrutura hídrica, rodoviária e comunicações, que seriam aportes públicos ao processo de desenvolvimento, viriam do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

Nesse fundo, estariam alocados 2% do IPI e 2% do Imposto de Renda. Então, era um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, alocando os recursos de forma diretamente proporcional à população e inversamente proporcional ao PIB, no qual o *gap*, o hiato do Nordeste, é o mais significativo do Brasil. Hoje temos no Nordeste 28% da população e 13% do PIB, onde essa diferença é maior, o que implicaria, em decorrência disso, que a maior parte dos recursos viria para ser administrada pela SUDENE. Comporíamos, a partir desse fundo, os fundos de aval e de risco para intervir nas cadeias produtivas: o Fundo de Ciência e Tecnologia para a capacitação e o investimento; o Fundo da Infra-estrutura, para alocar a infra-estrutura hídrica, de comunicação e de transporte. Tudo isso dentro de um fundo geral. Seriam fundos contábeis dentro do fundo geral, que seria criado, e aportaríamos esses recursos para o Nordeste — aportaríamos não, vamos aportar.

Quero concluir chamando todos nós para compormos uma unidade em torno da questão. Se consolidarmos efetivamente a unidade da região, teremos representatividade suficiente para inverter o processo. Perdemos no primeiro turno



por um sentimento dos Governadores que quiseram repartir o recurso e aí ampliaram até para o noroeste do Rio de Janeiro, porque na hora que faltou a política, que era a definição geral, veio a partilha. Cada um ficou requerendo a sua parte, e faz-se o picotado no processo. Isso levou a uma debilidade grande o projeto de reestruturação da SUDENE.

Queremos superar tal debilidade e fazer efetivamente uma SUDENE forte, com capacidade de intervir no processo econômico e com coesão política no que se refere à incorporação dos nordestinos, do povo da SUDENE, do povo do norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha. Vamos ver como é que fica a questão do Rio Doce. Não vou correr dessa discussão, estamos preocupados em fazê-la, tenho conversado muito com o companheiro Leonardo Monteiro nesse sentido. Mas vamos garantir a integridade regional com base na questão geográfica, cultural, socioeconômica e de identificação da Região Nordeste.

Devemos nos unir no sentido da construção de uma SUDENE capaz de incorporar milhões de brasileiros no processo produtivo, nos benefícios da civilização e superar as desigualdades regionais.

É com esse espírito que venho aqui ouvir vocês. Na condição de Relator deveria falar menos e ouvir mais. Então, quero encerrar minha intervenção para que possamos ouvir o povo de Minas Gerais.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelino Fraga) - Quero convidar para ocupar a mesa o Deputado Estadual Carlos Pimenta. *(Palmas.)*

Vamos ouvir agora o Deputado Athos Avelino, representante deste Município.

O SR. APRESENTADOR (Não identificado) - Eu gostaria, pedindo a aquiescência do Dr. Athos, de convidar para compor a mesa o Prefeito José Fernando Aparecido de Oliveira, de Conceição do Mato Dentro, Presidente da FENAN, e também o Prefeito José Raidam Thomaz Ferreira, de Dom Joaquim, Presidente da Associação do Médio Espinhaço — AME. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO ATHOS AVELINO - Bom-dia a todos. Quero saudar o Presidente desta Comissão Especial para a criação da nova SUDENE, Deputado Marcelino Fraga, e o nosso Relator, Deputado Zezéu Ribeiro; os Deputados Leonardo Monteiro, Isaías Silvestre e Márcio Reinaldo Moreira, nosso companheiro do norte de Minas; os Deputados Estaduais Rogério Correia e Carlos Pimenta; o



Prefeito Carlos Mário, de Francisco Dumont, que representa a Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE; o Secretário Pedro Narciso, que representa o Prefeito Municipal de Montes Claros; os Vereadores Ildeu Maia, Fátima Pereira, Gilson Dias, Sued Botelho; enfim, todos aqui presentes.

Cumprimento também os representantes das demais associações de Prefeitos, como a Associação dos Municípios do Médio São Francisco, a Associação ARDOCE, dos Municípios do Vale do Rio Doce, bem como os dirigentes dos órgãos federais como a CODEVASF e o DNOCS.

Agradeço aos membros do Diretório Municipal do PT que organizaram a reunião e particularmente ao Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, Vereador Ademar Bicalho, que estava conosco até há pouco, por ter cedido as instalações para a audiência.

Quero saudar a Comissão Especial para a criação da nova SUDENE por estar presente em Montes Claros, o que é da maior importância para nós da cidade e de toda a região, assim como a iniciativa e a decisão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de recriar a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, cumprindo um compromisso de campanha.

Como ressaltou aqui o nosso Relator, Deputado Zezéu Ribeiro, recriar a SUDENE por meio de um projeto de lei complementar em vez de medida provisória vai permitir, além de sua discussão na esfera do Congresso Nacional, ouvir, principalmente por intermédio de audiências públicas, toda a sociedade organizada.

Parabenizo o Presidente e o Relator desta Comissão pelo brilhante trabalho e pela realização dessas audiências públicas nos diversos Estados do Nordeste, no nordeste mineiro e também no Espírito Santo, terra do nosso Presidente. Essa atitude democrática de recriar a SUDENE, mediante projeto de lei complementar, e promover uma ampla discussão com a sociedade civil, por meio de audiências públicas, é o oposto da atitude autoritária e arbitrária com a qual foi extinta a SUDENE no Governo passado, uma extinção abrupta que veio trazer prejuízos para todas as regiões, Municípios e comunidades beneficiadas pelo órgão.

Se havia corrupção ou malversação do dinheiro público, era um problema de gestão, de responsabilidade dos gestores, e não culpa das comunidades e populações que foram prejudicadas com a extinção da SUDENE.



Quero ressaltar a importância histórica da SUDENE para a nossa região nos 35 anos de sua existência, período durante o qual foram investidos mais de 7 bilhões de reais e beneficiados 228 projetos, criando 57 mil empregos ao longo desses anos. O mais importante é que o retorno desse investimento aos cofres públicos, ao longo do tempo, multiplicou-se 4 vezes e meia, principalmente no que se refere a impostos como ICMS, IPI, ISS etc.

Entendemos que a nova SUDENE deva ser recriada com novos moldes, pois é preciso corrigir muita coisa, como já disse aqui com toda a propriedade o Relator, Deputado Zezéu Ribeiro. Nesses novos moldes, é sempre oportuno e necessário repetir as palavras do Ministro Ciro Gomes, quando afirmou que a nova SUDENE está sendo blindada contra a corrupção. É absolutamente necessário que seus mecanismos de financiamento estejam imunes a fraudes.

Considero oportuno também registrar as palavras da Profa. Tânia Bacelar, responsável pela elaboração da proposta inicial que está sendo discutida. Ela salientou o duplo papel político-institucional e socioeconômico da SUDENE na implementação de uma política de inclusão social, mediante atividades produtivas de vocação regional. Portanto, saudamos a recriação da nova SUDENE.

Quero destacar algumas preocupações do empresariado desta região. A primeira delas diz respeito à questão do financiamento, já abordada pelo Relator. Na medida em que as empresas vão recorrer ao financiamento, por exemplo, do FNE, por meio do Banco do Nordeste, que administra o Fundo Constitucional do Nordeste, elas serão submetidas à lógica do mercado financeiro, comandado pelo sistema bancário. No entanto, nossas empresas já estão absurdamente endividadas em relação ao Banco do Nordeste do Brasil.

Diante dessa preocupação do empresariado, sugiro que a nova SUDENE tenha mecanismos próprios de financiamento.

A outra preocupação, Sr. Relator, Deputado Zezéu Ribeiro, diz respeito à questão da extinção dos atuais incentivos fiscais para empresas já instaladas, os quais devem durar mais 10 anos, até o ano de 2013. Os incentivos fiscais são um dos principais motivos pelos quais muitas empresas de grande porte, como a Nestlé, a Vallée Nordeste, a Biobrás e a Coteminas — com incentivos da SUDENE —, estão instaladas em Montes Claros. Aqui, muitas vezes, estamos distante dos grandes centros consumidores e também das matérias-primas utilizadas por essas



empresas. Portanto, na medida em que se esgotarem os incentivos fiscais em 2013, talvez algumas dessas empresas não possam aqui permanecer, o que vai gerar o conseqüente desemprego na nossa região.

Uma última preocupação que eu gostaria de expor para a nossa Comissão Especial é com relação a uma portaria da extinta SUDENE, de 1999, que define a região do semi-árido nordestino. Essa portaria, relativamente recente, de 1999, da antiga e extinta SUDENE, em sua configuração inclui apenas 40 dos 165 Municípios da área da SUDENE, envolvendo o norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri, no seu conceito de semi-árido. Ela deixa de fora 125 Municípios mineiros da área da SUDENE.

Portanto, esses Municípios não seriam contemplados com operações especiais de créditos e outros incentivos. Isso nos preocupa muito, porque esses 125 Municípios da área mineira da SUDENE que estão ficando de fora têm as mesmas características de clima e de solo que o Nordeste, bem como baixo Índice de Desenvolvimento Humano — IDH. Além disso, muitos deles foram politicamente emancipados e desmembrados de Municípios que pertencem ao conceito do semi-árido.

Já expusemos essa questão para o Ministro Ciro Gomes e aproveitamos a oportunidade para expor para a Comissão Especial que concebe a formatação da nova SUDENE, a fim de que isso seja reavaliado e devidamente estudado.

Menciono isso no momento em que a nossa região vive mais uma vez uma situação calamitosa em termos de seca. Anteontem, tivemos oportunidade de fazer um pronunciamento na Câmara dos Deputados a respeito da seca no norte de Minas, que hoje está flagelando pelo menos 88 Municípios. Lá nos pronunciamos a respeito de dados levantados pela EMATER, de Minas Gerais, no último mês de agosto, segundo os quais 76 Municípios da área mineira da SUDENE estão ou em estado de emergência ou em situação de calamidade pública. Temos 551 rios secos, 1.300 poços secos, temos 900 comunidades rurais com falta de água, com 136 mil pessoas passando sede. Essa situação revela que somos realmente irmãos do Nordeste, nós temos as mesmas características do Nordeste brasileiro, pertencemos a ele e, portanto, necessitamos de um tratamento especial.

Sr. Presidente e Sr. Relator, serão essas e tantas outras as importantes considerações hoje levantadas pelos representantes das diversas associações,



entidades e órgãos presentes a essa audiência pública, para as quais nós pedimos a atenção de V.Exas.

Quero agradecer mais uma vez a esta Comissão Especial a presença na nossa querida Montes Claros, na nossa terra. Queremos desejar o pleno sucesso desta audiência, enriquecida pelas mais legítimas representações da nossa sociedade civil organizada, não só do norte de Minas, do Mucuri e do Jequitinhonha, mas também da região do Vale do Rio Doce.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelino Fraga) - Obrigado, Deputado Athos Avelino.

Quero convidar para tomar assento à mesa o Sr. Haruf, Vice-Reitor da Universidade Vale do Rio Doce — UNIVALE. (*Palmas.*)

Convido para usar a tribuna o Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Sr. Presidente da Comissão Especial que trata da recriação da SUDENE, Deputado Marcelino Fraga, Sr. Relator Geral, Deputado Zezéu Ribeiro, meu caro amigo Athos Avelino, demais colegas Deputados Federais, meus caros Deputados Estaduais aqui presentes, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Prefeitos Municipais, é com grande orgulho que usamos esta tribuna exatamente para trazer o nosso abraço a esta Comissão Especial da Câmara dos Deputados que dá a Minas Gerais, particularmente ao norte de Minas, a bela oportunidade de externar suas impressões. Com isso vamos colher mais informações, mais subsídios para a elaboração de um relatório que esteja à altura da ansiedade brasileira.

Creio que realmente tenha chegado a hora de enfrentarmos a recriação da SUDENE, prevenindo-nos dos males do passado, quando a SUDENE, apesar dos grandes benefícios trazidos ao País, também mostrou mazelas importantes. Falo aqui também na condição de ex-funcionário do Governo Federal que já coordenou a SUDENE por algumas vezes. Lembro-me muito bem da grande avalanche de funcionários públicos lotados na cidade de Recife e da grande avalanche de prédios construídos nas Capitais litorâneas do Nordeste, Fortaleza e Maceió. E se dizia muito na época que grande parte disso é reflexo da SUDENE — quer dizer, o dinheiro corria solto.



Muita coisa boa aconteceu, mas muitos desvios também. Havia muitas facilidades para poucos, sempre reforçando a classe mais privilegiada. Dessa forma, a atitude de fechar a SUDENE tomada pelo Governo Federal num certo momento nos pareceu também bastante intempestiva. O motivo para isso foram as mazelas, mas esqueceu-se totalmente da sociedade.

Lembro-me muito bem do antigo fundo conhecido como PIN/PROTERRA, cujos recursos representaram tantos investimentos para o Norte e para o Nordeste; depois somente para o Nordeste, incluindo aqui a região norte de Minas. Hoje ninguém mais fala no PIN/PROTERRA. Estou há mais de 8 anos na Comissão Mista de Orçamento avaliando e discutindo os programas de desenvolvimento regional, os investimentos do País, e o PIN/PROTERRA praticamente sumiu. E ele sumiu junto com a famosa DRU, que acabamos agora de consolidar por mais 4 anos. O PIN/PROTERRA era uma fonte específica de investimento que ainda existe legalmente e foi desvinculado de certa maneira para propiciar algumas despesas não elásticas do Governo Federal. Precisamos reavaliar essa questão com profundidade.

Ontem, encontrei-me com alguns Prefeitos da região, e desde o momento em que saímos de Brasília até chegarmos ao aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, o assunto foi o semi-árido e a portaria da SUDENE, que o Deputado Athos Avelino tão bem destacou.

Sabemos da angústia dos Prefeitos e dos produtores rurais da região. Em determinada cidade os produtores estão tendo um abatimento de 40 a 60% no valor que deviam, enquanto na cidade vizinha não está sendo oferecido esse abatimento, porque a mesma não está incluída no semi-árido, embora apresente as mesmas características: rios e riachos secos.

Temos, de fato, um problema que vai demandar muitos discursos no Congresso Nacional e muitas visitas aos nossos Ministros e a outras autoridades, na tentativa de encontrar equilíbrio e ponderação sobre o que está acontecendo. Três ou quatro Prefeitos falaram-me a respeito desse problema e agora mesmo um Prefeito reclamou a mesmíssima coisa. É um assunto importante. É essencial que haja a definição de semi-árido, de Polígono da Seca, de região da SUDENE do norte de Minas Gerais — se é ou não Nordeste — para que fique muito bem caracterizada em nosso relatório.



Agora mesmo o Deputado Virgílio Guimarães, Relator da proposta de reforma tributária, falava no fundo de desenvolvimento de 2%, criado por S.Exa. Pois bem, naquela redação ficaram discriminadas aplicações no norte do Brasil, nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste e no Estado do Espírito Santo como um todo.

Perguntei ao Deputado Virgílio Guimarães: *“O norte de Minas Gerais está ou não incluído nesta redação?”* Ao que S.Exa. respondeu: *“Está”*. Eu disse: *“Não está”*.

E aí temos que louvar muito o papel do Deputado Athos Avelino, o maior guerreiro que tivemos nessa luta. *(Palmas.)* Porque o Deputado Virgílio disse: *“Está. Na minha concepção, quando se fala em Nordeste em termos de desenvolvimento regional, o norte de Minas está incluído”*. Eu disse: *“Não está. Aqui está escrito uma região geográfica e não é a região da SUDENE, conforme está na Constituição ou em leis complementares”*.

Aí a bancada mineira reuniu-se e inclusive ameaçou retirar-se daquela votação da reforma constitucional se o texto não fosse corrigido. Foi quando o Deputado Bispo Rodrigues entrou e disse: *“Se o norte fluminense não entrar, a bancada fluminense vai fazer a mesma coisa”*. E o mesmo se deu com a bancada paulista, com o Vale do Ribeiro. Então, começou-se a anarquizar o processo.

Nós, de Minas Gerais, tivemos a sensibilidade de preservar o que acreditamos e pensamos ser o minimamente justo. Quem andar pelo norte de Minas por 600, 700 quilômetros de Montes Claros — e temos estradas para isso - verá que as condições são as mesmas do semi-árido de Pernambuco, da Bahia, do Piauí, de Sergipe etc. E garanto que a região litorânea é muito mais salutar, muito mais desenvolvida, muito mais próspera do que certos trechos do norte de Minas, sem dúvida alguma.

Acho também muito importantes as palavras do Ministro Ciro Gomes no sentido de que qualquer fundo de desenvolvimento não deveria focalizar regiões como um todo, mas regiões específicas, em que temos caldeirões de problemas, áreas de miséria e que necessitam realmente ser incentivadas para caminhar.

Creio que temos de ter bom senso e deixar de bairrismo e de outras coisas. Talvez no Vale do Rio Doce tenhamos regiões que precisam; mas outras, não. Em outras, pode ser que o Rio Doce esteja passando na porta, com água muito doce. No norte de Minas Gerais talvez haja regiões que hoje até estejam em paz com aquele pico inicial de desenvolvimento de que precisavam. No Nordeste e no Norte



do Brasil isso também pode estar acontecendo. O Rio Grande do Sul, por exemplo, alega que também possui regiões de miséria efetiva.

Quero deixar registradas essas minhas ponderações. É uma honra muito grande para a bancada mineira que pertence a essa região conviver com esta Comissão. Colocamo-nos à disposição como companheiros, colegas e talvez até como participantes em breve de trabalhos a serem por ela desenvolvidos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelino Fraga) - Convido para tomar assento à mesa o Deputado Estadual Gil Pereira, que nos honra com sua presença, e a Vice-Reitora da UNIMONTES, Tânia Fialho. (*Palmas.*)

Vamos ouvir agora o Deputado Isaías Silvestre.

O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE - Cumprimento o Presidente desta Comissão, Deputado Marcelino Fraga, e o Relator, Deputado Zezéu Ribeiro, atuante e bom baiano, que vem somar-se a esse povo que foi prejudicado, na Legislatura passada, com a extinção da SUDENE. Conheço muito bem o norte de Minas Gerais e sei que se existe norte de Minas e se existe Montes Claros é porque existiu a SUDENE.

Cumprimento o nosso Leonardo Monteiro, representante do Vale, que luta para que a SUDENE venha socorrer aquele povo sofrido; o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, que ocupou esta tribuna e conhece muito bem o norte do Estado; o nosso caro Deputado Athos Avelino, grande labutador por essa região, incansável na batalha pelo norte de Minas. Cumprimento também os nossos Deputados Estaduais Carlos Pimenta, Rogério Correia e Gil Pereira, lutadores por essa região. Não podemos deixar de agradecer a presença aos Prefeitos, representantes legítimos do povo do norte de Minas, aos nossos reitores, aos representantes dos sindicatos, a todos os segmentos da população organizada.

Nós, os 4 Deputados da bancada de Minas Gerais que fazem parte da Comissão de revitalização da SUDENE, não queremos cochilar. Já foi citado aqui o grande *lobby* que ocorreu para que nossa região fosse abrangida pela SUDENE, porque Montes Claros faz parte do Nordeste.

A SUDENE foi criada em 1950 com o objetivo de trazer desenvolvimento para essa região. Quem conhece o que aconteceu com os Estados do Nordeste do Brasil sabe que, em Montes Claros e em todo o norte de Minas, perdemos recursos por



não termos quem brigasse para que a SUDENE contemplasse o norte do Estado como contemplou o Nordeste do Brasil.

Precisamos estar atentos. Se não tivermos uma mobilização dos nossos Prefeitos, da sociedade organizada, como sindicatos e associações comerciais e de todos os organismos criados para promover o desenvolvimento, e se não estivermos atentos a SUDENE não vai contemplar essa região. Devemos, portanto, estar atentos ao projeto de revitalização da SUDENE.

Da mesma forma que foi extinta, a SUDENE seria criada: por meio de uma medida provisória. Mas será reparado esse crime de lesa-pátria. Agradecemos a Deus ter-nos dado um Presidente como Luiz Inácio Lula da Silva, que tem sensibilidade, que tem compromisso. Prova disso é a medida que tomou no sentido de criar esta Comissão para que a SUDENE volte e contemple o povo do norte de Minas Gerais.

Temos esta responsabilidade. Estamos em Brasília como soldados dessa causa, como missionários, para que possamos dar um pouco de alento a esse povo sofrido do norte de Minas, que não é diferente do povo do restante do Brasil.

A nossa Constituição diz que todos somos iguais perante a lei, mas fomos agredidos quando extinguiram a SUDENE, por falta de sensibilidade. Porém, nosso Presidente tem demonstrado sensibilidade, uma característica que faltou a outros brasileiros eleitos por nós. S.Exa. está nos dando essa oportunidade.

Queremos fazer valer o direito dos cidadãos. As Prefeituras do norte de Minas estão à beira da falência. A SUDENE foi criada com o objetivo de trazer desenvolvimento, e empresa que se preze não quer deixar de participar da SUDENE. Mas para que isso aconteça é preciso haver mecanismos de captação de recursos que dêem condições a essas empresas de subsistirem no norte de Minas.

Agradeço a oportunidade. Estamos em Brasília como soldados — repito — para não deixarmos que nossos pleitos fiquem somente no papel. Esperamos na prática a nova SUDENE.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelino Fraga) - Agradecemos ao Deputado.

Convido para compor a Mesa o Vereador Sued Kennedy Botelho, representante da Associação dos Vereadores da Região da SUDENE.



Com a palavra o Deputado Leonardo Monteiro, representante da região do norte de Minas e do Vale do Rio Doce.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Cumprimento o Deputado Marcelino Fraga, nosso Presidente, o Relator, Deputado Zezéu Ribeiro, os Deputados Isaías Silvestre, Athos Avelino e Márcio Reinaldo Moreira, nossos companheiros na Câmara dos Deputados, e os Deputados Estaduais Rogério Correia, Carlos Pimenta e Gil Pereira. Saúdo também o Sr. Carlos Mário, Prefeito de Francisco Dumont, a Profa. Tânia, Vice-Reitora da UNIMONTES, e o nosso companheiro Prof. Haruf, Vice-Reitor da Universidade Vale do Rio Doce. Cumprimento todos os presentes.

Quero falar da importância desta audiência pública para Minas Gerais. Estamos vivendo um momento importante, como já foi dito aqui pelos Deputados que me antecederam, em que nosso País está sendo rediscutido. Tivemos oportunidade, nos últimos 8 meses, de aprovar 2 reformas importantes: a tributária, que já foi mencionada aqui, e a da Previdência, coisa que o Governo anterior não conseguiu fazer em 8 anos. Foi um desafio para todos os Deputados e Deputadas do Congresso Nacional. Em 8 meses conseguimos aprovar as 2 reformas. Tivemos de trabalhar muito e ainda estamos trabalhando. Saímos ontem à noite de Brasília.

Neste momento por que passa o País, o Governo Lula propõe a rediscussão da SUDENE, propõe uma nova SUDENE, quando poderia ter proposto criar um novo órgão, como foi dito aqui pelo Relator.

A SUDENE tem uma importância muito grande para o Nordeste e parte de Minas Gerais, como Montes Claros, uma cidade que cresceu graças à atuação da SUDENE.

Nosso Governo, quando propõe uma nova discussão dos problemas do País, um planejamento de seu desenvolvimento, principalmente observando as desigualdades sociais, considera importante recriar a SUDENE, ou seja, dar um novo nome a essa instituição.

A SUDENE foi criada a partir da visão do Governo JK, que sabia que naquele momento, em 1959, era importante desenvolver o Nordeste do País. A criação da SUDENE foi importante, e sua atuação chegou até o norte de Minas, aos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, regiões que estão na mesma situação de empobrecimento do Nordeste, como disse o Deputado Isaías Silvestre.



É bom termos oportunidade de fazer este debate acerca da instituição da nova SUDENE. O Governo poderia ter criado essa superintendência por meio de um decreto, mas o faz por meio de projeto de lei, o que dá mais consistência à recriação do órgão e abre espaço, como estamos fazendo aqui hoje, para que a sociedade civil, as Prefeituras, as Câmaras Municipais, os Vereadores e as universidades dêem sua contribuição.

Esta discussão com certeza será importante para a nossa Comissão, especialmente para o Relator, no sentido de termos um relatório que represente todos os interesses.

Hoje se rediscute a SUDENE com o objetivo de ser ela uma instituição preocupada com o planejamento, com as políticas regionais de desenvolvimento, sobretudo com as desigualdades sociais. Acho que esses 3 pontos são os mais importantes na discussão da reestruturação da SUDENE.

Na condição de Deputado Federal por Minas Gerais, com atuação mais presente nos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do Rio Doce e em parte do norte de Minas, quero falar da importância de garantirmos Minas Gerais na SUDENE. Quando fizermos esse debate para a discussão do Fundo de Desenvolvimento Regional, é importante garantirmos Minas na SUDENE. Em 1959, quando ela foi instituída, não fazíamos parte dela, mas hoje o norte de Minas, o Jequitinhonha, o Mucuri e a parte esquerda do Rio Doce, no leste de Minas, têm o mesmo nível de empobrecimento do Nordeste do País. Estamos no mesmo nível de empobrecimento.

Esperamos que esta audiência pública seja uma oportunidade para cada um expressar suas opiniões e suas sugestões — os Prefeitos, as associações de prefeituras que estão presentes, as escolas, os representantes das duas universidades que se fazem presentes nesta audiência pública —, para que possamos recriar a SUDENE com a visão que o nosso Presidente Lula propõe: combater as desigualdades regionais. Essa é a visão do Governo.

É com essa expectativa que estamos aqui, membros da Comissão, outros Deputados Federais e Deputados Estaduais, participando desta audiência pública com todos os senhores, representantes da sociedade dessa região, para que possamos aproveitar bem este dia em Montes Claros e enriquecer nossa Comissão, nosso relatório, esperando que o Relator, Deputado Zezéu Ribeiro, nosso



companheiro, possa ter essa compreensão. A SUDENE foi instituída a princípio só com os Estados do Nordeste, e é justo que o Nordeste do País defenda que se mantenha a SUDENE como dos Estados do Nordeste. Mas hoje para nós está claro que essa parte de Minas Gerais faz jus a pertencer à SUDENE, até para resgatarmos nossa dívida com Minas Gerais, principalmente nós, que fazemos política no Estado.

Sabemos que, em determinado período, a SUDENE ficou comprometida por desmandos de alguns políticos responsáveis pela sua administração. Ela esteve envolvida em corrupção, mas hoje é rediscutida com o nome de nova SUDENE, para que se possa esquecer a parte ruim do seu passado, aproveitando apenas a parte boa e importante, com grande contribuição para o desenvolvimento de alguns setores do nosso País.

Esperamos que, com a criação da nova SUDENE, possamos estar contribuindo para desenvolver essa parte de Minas Gerais, tão prejudicada do ponto de vista ambiental e de desenvolvimento, porque não há prioridade de recursos públicos no que se refere à saúde e à educação. Por exemplo, há uma luta muito grande dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do Rio Doce para terem uma universidade pública, da mesma forma que há uma universidade em Montes Claros. Essa grande parte de Minas Gerais não tem universidade pública e hospitais públicos adequados.

E, como disse o Relator, Deputado Zezéu Ribeiro, a SUDENE não só vai contribuir para o fomento, com recursos, mas também vai ser um catalisador de discussão na região. Com isso, teremos condições de convocar a iniciativa privada para contribuir para a discussão tanto na área da saúde, quanto na da educação.

É com essa expectativa que estou aqui participando como membro da Comissão que rediscute a SUDENE, dando minha contribuição e esperando receber sugestões importantes da comunidade de Minas Gerais, particularmente de Montes Claros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelino Fraga) - Vamos passar à fase seguinte, seguindo a ordem das inscrições. Temos 7 representantes de entidades inscritos. Vamos chamar o primeiro para usar a palavra, estabelecendo o tempo de 5 minutos para cada um.



Convido o representante da AMAMS para usar a tribuna.

(Não identificado) - Sr. Presidente, Sr. Relator, em nome do Presidente da nossa entidade, Dr. Getúlio, parabênizo a iniciativa da Comissão de vir até Montes Claros nos ouvir.

A primeira coisa que ele pede é que seja mostrado quem somos nós. Nossa área territorial da ADENE, que pertence à SUDENE que vai ser criada, tem 191 mil quilômetros quadrados. O Estado de Sergipe tem 22; o Estado de Alagoas, 27; e o Estado da Paraíba, 56. A nossa população é de 2 milhões, 470 mil. A de Sergipe é de 1 milhão e 700 mil; a de Alagoas, 2 milhões e 800 mil; a da Paraíba, 3 milhões e 400 mil; e a do Rio Grande do Norte, 2 milhões e 700 mil. Outro dado importante é quanto aos eleitores da nossa região: 1 milhão, 540 mil. O Estado de Sergipe tem 1 milhão, 140 mil; o Estado de Alagoas, 1 milhão e 600 mil; a Paraíba, 2 milhões e 300 mil; e o Rio Grande do Norte, 1 milhão e 900 mil.

Sr. Relator, estou apresentando quem somos nós, com dados geográficos, populacionais, eleitorais, territoriais e do PIB, mostrando que o norte de Minas Gerais, o Mucuri e o Jequitinhonha — é aquele pedacinho verde, e está difícil de mostrar agora — é maior do que vários Estados nordestinos em população, em PIB e em várias outros itens. Somos dessa região e pertencemos à ADENE.

Neste momento, estamos numa época de seca prolongada, como disse o Deputado Federal Athos Avelino. Gostaríamos que a nova SUDENE fizesse programas permanentes de combate à seca. Caminhão-pipa nunca mais! É um vexame o que os Prefeitos e as prefeituras do norte de Minas estão passando com o abastecimento de caminhão-pipa. (*Palmas.*) Não pode um órgão como a SUDENE ficar todo ano trazendo caminhão-pipa, e nós à mingua. Ninguém suporta, ninguém agüenta mais isso. E o que é pior: a maior parte dos Municípios está excluída. O Exército está atendendo só parte dos Municípios do norte de Minas, e boa parte está excluída. Ontem mesmo, o Presidente Getúlio e eu fomos até os Municípios de Rio Pardo e Fruta de Leite para tentar mostrar a situação de emergência e calamidade em que estão os Municípios, que não estão incluídos.

Gostaria de dizer, Sr. Relator, que aqui tenho um documento, que vou entregar-lhe em mãos. Vou falar rapidinho sobre ele. Está assinado pela AMAMS, pela Associação dos Irrigantes, pela FETAEMG — Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, pelo IDENE, pela Secretaria do



Desenvolvimento do Norte de Minas, pelo DNOCS, pela CODEVASF, pela Associação Comercial e Industrial de Montes Claros, Dr. Alexandre Pires Ramos, pelo Vereador Sued Botelho, pela AVAMS, pela Articulação do Semi-Árido, Sr. Nilson José de Oliveira, pelo Presidente da Sociedade Rural de Montes Claros e pelo Sindicato Rural, Sr. Júlio Pereira. Esse é um estudo com xerox de documentos desde a criação da SUDENE, para mostrar os graves danos que a má redação de leis brasileiras, decretos, resoluções e outros atos têm trazido à população do norte de Minas.

Quais são esses danos? No presente, está sendo implementada a Medida Provisória nº 114, votada pelos senhores no Congresso Nacional, que virou a Lei nº 10.696, de 2003, que virou a Resolução do BACEN nº 3.115, que dispõe sobre a renegociação de dívidas na área do Nordeste. O que está acontecendo? Parte dos nossos Municípios são incluídos no semi-árido e estão podendo renegociar esse débito em condições favoráveis, mas a grande maioria dos Municípios e dos produtores não estão. Então, quero entregar ao senhor estudo que mostra que há erro de redação.

Sr. Sérgio, entregue por favor aos Deputados Athos Avelino e Márcio Reinaldo Moreira, Deputados Federais da região.

Aqui se mostra que a saída é simples, fácil e rápida. Isso pode produzir efeitos antes que se vote o projeto de lei da SUDENE, porque a resolução do BACEN determina que 30 de outubro é o prazo para renegociar as dívidas. A Comissão permite-nos tornar pública a situação aflitiva dos produtores rurais, dos empresários urbanos, que também têm esse problema. Os munícipes que não podem renegociar suas dívidas não podem promover o desenvolvimento econômico do Município.

Está sendo provocado um dano futuro, Sr. Relator. Está aqui o que foi votado em primeiro turno na Câmara dos Deputados. Consta no texto do Fundo de Desenvolvimento Regional, Deputados Athos Avelino e Márcio Reinaldo Moreira, que os recursos do FDR são para o semi-árido mineiro. Aprovado o texto da forma como está, o que já aconteceu em primeiro turno, está excluída a maioria dos Municípios mineiros dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Do jeito que está já provoca dano no presente, e serão provocados danos no futuro. A redação do FDR não pode permitir que o semi-árido seja citado como é hoje nas matérias legais.



Sr. Presidente, não há como uma região desenvolver-se sem capital. E o Estado tem que ofertar capital. O capital, no regime democrático, chama-se crédito. Portanto, gostei de ouvir do senhor que, na proposta que está sendo feita, estão sendo tomados esses cuidados.

Gostaria de acrescentar que o Banco do Nordeste, que administra o FNE, deixou de aplicar 1 bilhão e 700 milhões ano passado e vai deixar de aplicar de novo. Qual é o problema apresentado? É um falso problema. Dizem que o estoque de dinheiro está sobrando no banco por falta divulgação para os possíveis interessados. Outros dizem que não. O problema real é que as regras de acesso e de pagamento para os produtores e para os empresários são impossíveis de serem cumpridas pelos produtores da nossa região. (*Palmas.*)

O Presidente Lula, anteontem, num momento de sensibilidade social e política muito bela para o povo brasileiro, criou um programa para que os trabalhadores e aposentados possam contrair empréstimos e ter o desconto no contracheque. O que há de bonito nisso? O Governo Federal está, de forma criativa, oferecendo uma solução para redução de juros e dando a quem mais precisa acesso ao crédito. Quero pegar o exemplo de S.Exa. e dizer que existe estratificação social, conforme o Presidente Lula afirmou ontem, mas existe também estratificação regional. Os produtores da nossa região têm que ter regras de crédito próprias e específicas, senão vai haver um estoque de dinheiro no Banco do Nordeste que de lá não sairá, porque nosso pessoal não consegue ter acesso a ele. Vão acabar tendo acesso a ele só pessoas de fora, de outras regiões, para vir aqui desenvolver. Se é que virão.

É importante que o relatório seja corajoso. Peço ao senhor, como brasileiro, como norte-mineiro, como cidadão, que tenhamos coragem, como o Presidente Lula teve ontem de propor o acesso ao crédito para o trabalhador e o aposentado, para que o pessoal da nossa região tenha acesso a crédito em condições diferenciadas do resto do Brasil. Digo isso, Sr. Relator, porque temos dois brasis. Tanto que a criação da SUDENE já é para reconhecer isso. O Brasil que o Ministro da Agricultura administra recebe crédito, e os produtos são vendidos e se conseguem remunerar o crédito e o capital, favorecendo a balança comercial, o florescer da riqueza. Na nossa região, se a regra for a mesma, não conseguimos. É dívida em cima de dívida, é pauperização em cima de pauperização.



É importante que aprendamos a conviver com o semi-árido, é importante que parte dos recursos vá para a pesquisa. Aqui, em Montes Claros, o Núcleo de Ciências Agrárias da UFMG está procurando desenvolver modelos, conhecimentos e cultivares mais adequados para o trabalho com o semi-árido. É fundamental investirmos na agricultura familiar, porque quem trabalha nos nossos grandes Municípios são agricultores familiares. O agricultor familiar tem que ter lucro e ganhar dinheiro, senão vai virar sem-terra. Ele precisa ter lucro com a atividade dele. É importante haver pesquisas e estudos que permitam a ele desenvolver-se.

O penúltimo ponto, Sr. Relator, é o seguinte. Os Municípios são o patinho feio da Federação brasileira. Somos entes enjeitados. Os Prefeitos brasileiros são entes colocados sob suspeição permanente pelo Ministério Público, como se Prefeito fosse sinônimo de bandido. (*Palmas.*) Somos colocados sob suspeição pela União e pelos Estados. Quando foram discutidas as reformas tributária e previdenciária, ficamos excluídos dos debates e das discussões. Ouvi com tristeza o senhor dizer, Sr. Relator, que colocar Município no Conselho Deliberativo da SUDENE é aumentar a dificuldade operacional das decisões. Não podemos aceitar, não podemos concordar. Apelo, do fundo da alma, ao senhor para que considere que, para construir uma SUDENE participativa, que permita o desenvolvimento, é preciso reparar grave injustiça feita contra os Municípios brasileiros.

Queremos ter assento no Conselho Deliberativo da SUDENE, com 1 Prefeito para cada Estado da Federação, porque não se pode fazer um pacto federativo só com a União e os Estados, que não falam por nós. (*Palmas.*) Os Municípios querem vez e voz. Precisamos de vez e voz no Conselho Deliberativo e na Câmara de Gestão.

Sr. Relator, ouvi felicíssimo sua leitura da proposta em que incorpora teses já consagradas, como as que a União Européia utilizou para resgatar o atraso de Portugal e da Espanha, por exemplo. V.Exa. citou com muita clareza e muita propriedade a questão dos critérios de desenvolvimento sustentável e estratégia de consorciação para todos os locais ativos, públicos e privados. Isso é alvissareiro e bom. Torcemos para que V.Exa. contemple isso no seu relatório.

Vencer a desigualdade não é uma questão técnica, mas uma questão política da sociedade brasileira e do Presidente da República.



É importante que a nova SUDENE esteja vinculada não ao Ministério, mas diretamente ao Presidente da República, para que nos trate com o carinho de que precisamos e com a atenção de que se tem falado sobre vencer as desigualdades.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelino Fraga) - Convido a usar da tribuna a Vice-Reitora da UNIMONTES, Dra. Tânia Marta Maia Fialho.

A SRA. TÂNIA MARTA MAIA FIALHO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputados da bancada federal, Dr. Márcio Reinaldo Moreira e Dr. Athos Avelino, Deputados da bancada estadual, Deputado Gil Pereira, Deputado Rogério Correia, Deputado Carlos Pimenta, que sempre foram o sustentáculo, tanto na Câmara Federal, quanto na Assembléia Legislativa, da nossa universidade, cumprimento os Prefeitos Francisco Dumont e Carlos Magno, as Sras. e os Srs. Vereadores e quero externar nossa alegria por estar participando, neste momento, de discussão tão importante para nossa região e para vasta região do País, a respeito da recriação de instituto ou de órgão de desenvolvimento regional com o nome de SUDENE ou com outro nome qualquer.

Ficamos felizes principalmente pela importância que se tem dado às universidades no novo contexto político-institucional e na discussão e na proposta do Presidente Lula de estabelecimento de nova ordem econômica e social para o País.

O papel que se tem atribuído às universidades é o que elas realmente querem desempenhar. Primeiro porque toda a política adotada pelo Presidente Lula e por seus Ministros tem sido pautada pela palavra "inclusão". Acreditamos que só se faz inclusão com educação em todos os níveis. Há cidades aqui na região em que 50% da população é de analfabetos. Enquanto não acabarmos com essas disparidades, não poderemos falar em inclusão. Daí a importância da participação da universidade no processo.

Gostaria de ressaltar que foi indiscutível a importância da SUDENE no processo de desenvolvimento regional. Sabemos que 2 fatos foram cruciais para isso. Um deles foi a criação da Superintendência. Se a região, principalmente a cidade de Montes Claros, conseguiu ser o que é hoje e se constituir num pólo de desenvolvimento, isso se deve muito à atuação da SUDENE. Parte da infra-estrutura



e até a criação da universidade devem-se à existência da Superintendência nesta região.

Por outro lado, todos sabemos que, no contexto de um processo de desenvolvimento, os fatores de localização são fundamentais. A decisão de localização e a posterior fixação de empreendimentos em determinada região dão-se muito em função de padrões tecnológicos, do grau de capacitação da mão-de-obra local e do gerenciamento dos fatores produtivos.

A Presidência desta Comissão afirmou com muita ênfase a importância da universidade e da formação de mão-de-obra para o processo de desenvolvimento, o que vem ao encontro da necessidade de participação da universidade nesse processo.

Queremos ressaltar que a participação da universidade só será eficaz e efetiva se houver o fortalecimento das universidades públicas federais e estaduais. Hoje, 2 universidades públicas atuam na região: a Universidade Estadual de Montes Claros e a UFMG, que tem apenas um núcleo em Montes Claros.

A Universidade Estadual de Montes Claros vem promovendo aquilo que acreditamos ter sido o segundo fator essencial para o desenvolvimento da região: o projeto de interiorização da universidade. Levamos educação, pesquisa e extensão a 230, 250 Municípios do norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Então, uma universidade que se interioriza e leva formação e capacitação àqueles locais em que no mínimo 50% da população é analfabeta está comprometida com a realidade regional.

Uma das questões primordiais para a participação da universidade nesse processo de desenvolvimento e de crescimento proposto pelo Presidente Lula, especialmente naquelas regiões menos favorecidas, como é o caso do norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha, do Vale do Mucuri e das regiões do Nordeste, é o fortalecimento das universidades. Isso significa essencialmente maior aporte de recursos para elas e maior carinho com tudo o que é gerado dentro da universidade, especialmente na parte de pesquisa, geração de novas tecnologias e ensino.

Gostaria de deixar para reflexão da Comissão uma frase de Oswaldo Cruz: *“Meditai se só os países fortes podem fazer ciência ou é a ciência que os torna fortes”*.



Agradeço ao Presidente Lula e à Comissão a possibilidade de participação das universidades no processo de discussão e de retomada de nova ordem econômica e social. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelino Fraga) - Passo a palavra ao Prof. Haruf Salmen Espíndola, da UNIVALE.

O SR. HARUF SALMEN ESPÍNDOLA - Farei uma apresentação com Datashow, já que defenderemos a tese da inclusão da região do Rio Doce. Considero muito importante que a Comissão esclareça o entendimento acerca dessa região.

Enquanto são ligados os equipamentos, cumprimento o Deputado Marcelino Fraga, Presidente da Comissão Especial, o Relator, os Deputados Federais e Estaduais aqui presentes, os Prefeitos, os Vereadores, os representantes das entidades, as senhoras e os senhores e a colega professora e Vice-Reitora da UNIMONTES.

Em primeiro lugar, estabeleço uma premissa para que essa discussão sobre a inclusão do Rio Doce se torne possível. Faço-o em função de argumento utilizado pelo Ministro da Integração Nacional, Sr. Ciro Gomes, numa audiência com os Prefeitos da região do Rio Doce e porque a mesma questão foi apresentada aqui na tribuna. Acreditam que a proposta de inclusão do Rio Doce abre a possibilidade de se estabelecer uma fragmentação do processo, o que traz à baila a questão dos bolsões de miséria. Aí mencionam o Rio Grande do Sul e regiões de São Paulo. Poderíamos afirmar que os maiores bolsões de miséria deste País estão nas grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, ou nas grandes cidades nordestinas.

Essa questão, ao ser apresentada dessa forma, só serve para destruir a tese fundamental que justifica a criação da SUDENE ou para fazer com que a tese da criação da SUDENE seja a da criação dos privilégios. A questão central não é a miséria em si, resultado de estrutura social assentada nas desigualdades sociais e na própria dinâmica do nosso sistema econômico. A questão central que justifica a tese da criação da SUDENE é a compreensão de que existe uma desigualdade territorial, que é contínua e estabelecida pela incapacidade das sociedades de determinadas faixas de território terem força de por si só reverter seu quadro social numa dinâmica global, ou seja, a economia global estabelece uma ordem tal que



quem não está incluído na dinâmica global é incapaz de reverter sua situação, e esse quadro é dado pela posição territorial.

Nesse sentido, é nossa premissa que o Rio Doce está dentro dessa continuidade territorial que se chama Nordeste, que inclui parte de Minas, na qual se está propondo criar mecanismo para dar à região capacidade de reconverter suas economias ou de reverter seu quadro.

A segunda premissa fundamental é que temos de entender Minas Gerais como o poeta entendeu: não existe uma Minas Gerais, mas várias. Minas Gerais só tem unidade do ponto de vista político. É uma unidade política construída ao longo de 300 anos de história, mas, do ponto de vista geográfico, econômico, social ou ambiental, não existe uma única Minas Gerais.

Minas Gerais é uma área de transição fitogeográfica. Há áreas de florestas que já não existem mais, de cerrados que também estão desaparecendo, de caatinga, de semi-árido, ou seja, são várias Minas.

Minas Gerais é o entroncamento donde partem várias bacias: a do Paraná, a do São Francisco, a do Rio Doce. Existe a Minas Gerais que é a continuidade do processo da dinâmica paulista; a Minas histórica; a Minas central; a Minas metalúrgica. Repito: são várias Minas. Há ainda a Minas do Triângulo Mineiro e a do sul do Estado. Podemos traçar nitidamente uma faixa que divide 2 Minas. Podemos traçá-la com muita clareza. O Rio Doce fica junto a Mucuri, ao Jequitinhonha e à região norte de Minas.

Explicarei isso com a apresentação das transparências. Peço a V.Exas. um pouquinho de paciência.

(Segue-se exibição de imagens.)

A região do Rio Doce, até 60 anos atrás, era uma região de floresta pluvial tropical, que começou a ser ocupada no período em que ocorreu a modernização e a industrialização do Brasil, de 1930 a 1960. Ela ocupava o papel de fronteira agrícola, ou seja, permitiu a expansão da pecuária e da agricultura sem investimento, produzindo matéria-prima para exportação, gerando divisas para a expansão industrial do País e fornecendo mão-de-obra e alimentos a custo baixo. Portanto, teve papel fundamental no processo de industrialização. Daí deriva a tese do passivo que o Estado deve a essa região.



Mostrarei uma seqüência da região onde, até 70 anos atrás, havia nativos, várias tribos indígenas. Há 60 ou 70 anos, havia portos de canoa com florestas e casebres. A estrada de ferro só chegou nas décadas de 20 e de 30. Ainda na década de 30, havia florestas. As estradas eram rasgadas em meio às florestas. A Rio—Bahia rasgou florestas e cortou os Municípios em 1943. A região desenvolveu-se nos anos 40 por ter minério de ferro e mica, o que interessava os Estados Unidos, que financiaram, por meio da criação do serviço de saúde pública, na época do Governo Getúlio Vargas, o saneamento do Vale do Rio Doce. A região era tomada pela malária e pela febre amarela.

O saneamento permitiria a rápida ocupação da região; a exploração das plantas medicinais, de animais e peles, da indústria de madeira, das grandes serrarias, das fábricas de compensado — só em Governador Valadares havia 17 grandes serrarias e uma grande fábrica de compensado; a exploração de carvão vegetal, o que transformava a floresta para servir à Belgo Mineira, à Acesita e a mais 8 grandes companhias; a exploração de pedras, de minério de ferro e de mica — havia comissões de americanos com o fim de comercializar a mica, material básico para as indústrias eletrônica e de aviação; uma agricultura não predatória, que fornecia arroz, feijão, milho em grande quantidade para atender os centros industriais e em expansão industrial; e uma pecuária de corte que se aproveitou de região que propiciou a entrada do colonhã, e os pastos surgiram de um ano para outro, sem qualquer investimento na região de engorda de gado, que chegou a ter o maior rebanho bovino do Estado em 1960.

Só que esse quadro de 20 anos de exploração fez desaparecer a floresta e a fauna, esgotar o solo, e houve a intermitência dos cursos d'água e a redução da sustentabilidade.

O que ocorreu em termos de fatores ambientais: migração dos capitais, fim da atividade produtiva, desaparecimento de serrarias, da indústria da mica, de várias atividades econômicas, perda de renda e corte de emprego, esvaziamento demográfico. A região perdeu, em 30 anos, 2 milhões e 100 mil habitantes, ou seja, a região, que possuía 1 milhão e 700 mil em 1960, tem 1,5 milhão atualmente. Se ela não tivesse sofrido a perda vegetativa e a perda absoluta, lá residiriam 3 milhões e 600 mil habitantes — graças a Deus que não há, porque estaríamos todos morrendo de fome.



Houve ainda o empobrecimento geral da população e a migração internacional, que caracteriza a região como a que mais manda pessoas para os Estados Unidos. Isso gera sérios problemas. Traz algumas vantagens pela entrada de dólar, mas inflaciona o preço da propriedade e multiplica a miséria. Gera problemas estruturais. A região não tem capital; a mão-de-obra é desqualificada, sem escolaridade; o mercado regional é decadente, com baixo nível tecnológico e baixa capacidade empreendedora, porque foi construída baseada na idéia do extrativismo, de onde se podia tirar, ou seja, a pecuária extensiva e a agricultura predatória não geraram agregação de valor tecnológico nem capacidade empreendedora, mas causaram graves problemas ambientais.

Criou-se uma região incapaz de reverter quadro produzido pelo papel que ocupou historicamente durante 30 anos e deixou no lugar a miséria e a impossibilidade e produziu uma região com a maior degradação ambiental do Estado de Minas de Gerais e do País. Isso pode ser confirmado pelos relatórios oficiais, inclusive pelo EIA/RIMA, que justifica a construção da represa de Aimorés e garante que não existe no Estado de Minas Gerais maior degradação. Toda a fauna e a flora foram destruídas.

Uma região rica e com florestas hoje tem restrição de água, apesar da ampla rede pluvial, o que foi provocado pela intermitência dos cursos d'água. Os rios estão se tornando intermitentes. Se não fizerem nada, o próprio Rio Doce, mencionado aqui, daqui a 50 anos — esse dado consta de relatórios oficiais da Comissão Brasil/França —, tornar-se-á um rio intermitente. Houve acelerado processo de erosão, perda da cobertura vegetal do solo e da redução acentuada da produtividade. Em 1960, colocavam-se 3 cabeças de gado em 1 hectare de terra; hoje, precisa-se de 2 hectares para engordar um único boi. Houve também o esvaziamento populacional de várias cidades ou distritos, com perda acima de 50% da população. É o fenômeno da cidade fantasma.

Não há condições de reverter o processo de decadência do setor primário para impulsionar atividades econômicas com potencial na região, tais como fruticultura, pecuária, atividade mineradora. Há falta de alternativa de geração de renda e emprego, problemas graves de engenharia, alto índice de incidência de doenças endêmicas. Portanto, é alvo de pesquisas da universidade da região, das



universidades americanas, da Fundação Oswaldo Cruz, porque é foco de doenças como esquistossomose, leishmaniose, hanseníase e muitas outras.

A falta de saneamento e infra-estrutura compromete a saúde pública. Apresentamos o fenômeno da baixa produtividade do ensino fundamental. Apenas 1,49% da população tem acesso ao ensino médio. O gargalo não ocorre entre o ensino médio e o superior. Pelo contrário, o aproveitamento é de 50%, o que diferencia do índice nacional. O problema é do ensino fundamental para o ensino médio. Só 6% dos que entram no ensino fundamental chegam ao ensino médio.

Declínio contínuo e acentuado da curva do valor adicional fiscal para toda a região: nesse caso, apresento os dados para comparar. O ponto de partida de Governador Valadares, que uso como exemplo, apesar de eles afirmarem que estão em boa posição, é o mesmo de Uberaba. Vejam a diferença, a lógica de Uberlândia. Se estabeleço uma linear, tenho quase 4 situações para Governador Valadares, de 1971 para 2003, encontro uma linear decrescente e contínua que não tem possibilidade de reversão. Então, não é a economia, a conjuntura econômica nacional que comandam a lógica regional. A lógica histórica estrutural, se não for revertida, produzirá situação de miséria sem comparação.

Não é possível aceitar a exclusão. Incluir para desenvolver o Vale do Rio Doce é resgatar o passivo ambiental e a dívida social, ou seja, temos uma estrutura histórica, econômica, ambiental, social e cultural que produz um quadro de contínua involução. Por isso, as associações, os Prefeitos e Deputados da região, a Universidade Vale do Rio Doce e as associações de classe, como a Associação Comercial de Governador Valadares, estão nessa luta.

Não podemos esperar que se produza um deserto onde antes havia uma das partes da Mata Atlântica mais exuberante, segundo todos os viajantes estrangeiros que estiveram ali no século XIX. Todos eles classificaram a floresta do Rio Doce como a mais exuberante e diversificada de toda a Mata Atlântica. Hoje, ao sobrevoá-la, vemos que sobraram 5% da cobertura original, e o resto são morros pelados, desertos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelino Fraga) - Convido para fazer uso da palavra o representante da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros.



(Não identificado) - Saúdo o Deputado Marcelino Fraga, Presidente desta Comissão, e o ilustre Relator, Zezéu Ribeiro. Em nome do Deputado Federal Athos Avelino, quero saudar todos os Deputados Federais e Estaduais e autoridades presentes. Mesmo não fazendo parte oficialmente desta Comissão, o Deputado Athos Avelino tem sido grande interlocutor dos desafios da nossa região.

Sr. Presidente, Sr. Relator, falamos em nome da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros, sobretudo em nome do Fórum Norte de Minas Integrado, que representa 25 instituições ao longo desses 2 últimos anos. Desde que se deu a extinção da SUDENE, tenho debatido as causas do subdesenvolvimento da região e apresentado propostas para os setores de educação, saúde e tecnologia, a fim de reverter esse quadro.

Para todos nós, que fazemos parte desse fórum, nessas quase 4 décadas, a SUDENE foi, sem dúvida, a grande alavanca do desenvolvimento de Montes Claros e da região. Temos problemas, projetos que aconteceram em Montes Claros e que tiveram de ser interrompidos, mas há exemplos eloqüentes, como Biobrás, Nestlé, Grupo Lafarge, Grupo Coteminas, que representam grande contribuição que a SUDENE deu para essa região. Mais de 95% do IPI de lá advêm dessas empresas.

Estamos participando desse processo. Já tivemos algumas contribuições prestadas à Comissão Interministerial, coordenada pela Profa. Tânia Bacelar. Temos a satisfação de ver incluídas algumas dessas proposições na mensagem que está sendo levada ao Congresso Nacional, como a proposta para a ciência e tecnologia de uma SUDENE forte. Saudamos a palavra do Relator. Não basta criar a SUDENE. É importante que ela seja forte, autônoma e tenha capacidade de decisão. Só assim será respeitada, para o desenvolvimento do Nordeste.

Sr. Relator, sentimos que nem na exposição de S.Exa. nem na mensagem do Executivo ficou claro como serão definidos os incentivos fiscais e financeiros. Precisamos que a SUDENE volte com força e com capital de risco, para que os executores dos projetos acreditem — e há projetos que já testemunharam — na eficácia do modelo dos incentivos e possam efetivamente se multiplicar. As isenções previstas devem ter continuidade. Na mensagem, não percebemos como a Comissão entende esse disciplinamento dos nossos incentivos fiscais e financeiros.

Em relação à capacidade da SUDENE de analisar projetos, ficamos muito receosos com a possibilidade de a SUDENE delegar aos bancos de fomento essa



capacidade. (*Palmas.*) É importante que a SUDENE tenha essa autonomia e se revigore, para que tenhamos capacidade de acreditar nessas novas soluções.

Os prazos devem ser adequados à capacidade de maturação do projeto. Se temos um elenco de quase 4 décadas de sucesso, de projetos bem-sucedidos, precisamos resgatar um novo tempo, para que as empresas tenham capacidade de amadurecer seus projetos e testemunhar a importância deles para o desenvolvimento regional.

Gostaríamos de insistir na mensagem levada ao Congresso Nacional sobre o pedido de urgência em sua tramitação. Não podemos perder a oportunidade de ver esse projeto analisado logo após os projetos em discussão no Congresso relativos à reforma da Previdência e à reforma tributária. É importante termos essa grande oportunidade de discutir este ano a recriação da SUDENE e iniciar o próximo ano utilizando esses incentivos fiscais.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que, na extensão do meu tempo, permita que use da palavra o Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, Regional de Montes Claros, Dr. Ariovaldo de Melo Filho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. ARIOVALDO DE MELO FILHO - Boa-tarde, Deputado Marcelino Fraga, Presidente desta Comissão, Deputados Zezéu Ribeiro, Relator, Leonardo Monteiro, Athos Avelino, nosso companheiro, Márcio Reinaldo Moreira, Sr. Isaías Silvestre, Vice-Reitor da Universidade Vale do Rio Doce, demais autoridades presentes, senhoras e senhores, queremos testemunhar algumas situações que nos preocupam quanto à recriação da SUDENE. É preciso que se estabeleça um prazo maior para a permanência das isenções dos impostos, porque em 10 anos não se faz muita coisa. Em reunião, na semana passada, com o Ministro Ciro Gomes, em Belo Horizonte, manifestamos essa preocupação. S.Exa. disse que, se em 10 anos não resolvesse o problema, não seria possível resolvê-lo. Já temos uma experiência de 40 — eu de 20 no norte de Minas — anos de SUDENE e não mudamos. Será difícil fazer do Norte do País, do Nordeste brasileiro, do norte de Minas uma São Paulo. Os incentivos fiscais concedidos em outras nações não são para 10 anos. Isso é brincadeira! Portanto, é preciso que o prazo seja estendido, no mínimo, para 10 anos, senão não atrairemos novos investidores.



As fontes de recursos precisam ser definidas. Temos alguma preocupação quanto ao fato de estarmos sendo induzidos, talvez por forças muito superiores até a própria força que temos, a ficar nas mãos dos bancos. É preciso que sejam criados mecanismos diferentes. Temos o exemplo do FNE. Fizemos uma reunião anteontem, na Confederação da Indústria, em Brasília, com o Presidente Interino do BNB, Pedro Eugênio de Castro, que falou da dificuldade de se disponibilizar os recursos do FNE, do FINOR etc. Não é porque não haja dinheiro ou cadastro, mas porque está todo mundo endividado nesses fundos. Os fundos foram criados para não serem liquidados. Não é possível que entremos num fundo de desenvolvimento a custos tão altos. O setor produtivo não consegue remunerar empresários que há 8 anos assumiram dívidas de 2 milhões de dólares e hoje têm vergonha de falar quanto devem, pois devem todo o negócio que possuem.

Estamos dando um passo. Sei que os senhores, representantes do povo, estão tendo a responsabilidade, muito grande neste momento, de mudar essa situação. Estamos lutando para melhorar a legislação tributária do País. Será um avanço, mas existe preocupação com relação ao aumento da carga tributária.

Estamos refazendo, com relação ao desenvolvimento regional, a SUDENE. Nos mesmos moldes? Não, em moldes que protejam e dêem garantias de sustentabilidade ao desenvolvimento regional. Precisamos preocupar-nos com as fontes (*falha na gravação*).

A distribuição de renda, senhoras e senhores, através de cesta básica, vale-gás, vale-transporte, tem um limite. Não é isso o que o trabalhador quer. Ele quer dignidade, trabalho. (*Palmas.*) As Prefeituras e os Municípios estão limitados pela legislação na geração de emprego. Então, é preciso que se dê ao empresário oportunidade de gerar emprego. Dizem os princípios da economia que riqueza se gera através de capital e trabalho.

Senhoras e senhores, caros Deputados, ou resolvemos os problemas do Brasil agora ou deixamos para os brasileiros do futuro, e ficamos com todo o encargo da incompetência e da incapacidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelino Fraga) - Convidamos para fazer uso da palavra o representante do IDENE.



(Não identificado) - Sr. Presidente, Sr. Relator da Comissão, senhoras e senhores, serei breve devido ao adiantado da hora. Em nome da nossa Secretária de Estado, agradeço a esta Comissão o convite que nos foi feito para participar desta reunião e cumprimento a Executiva local do PP pela organização do evento.

Na oportunidade, mais uma vez, cumprimentamos a decisão estratégica do Presidente Lula e do Vice-Presidente José Alencar de recriar a SUDENE.

Queremos ressaltar a transparência e a participação no processo de construção desse projeto, reconduzido pela Secretária de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, Profa. Tânia Bacelar. Como foi dito aqui pelo Presidente da Associação e pelo Secretário-Executivo, tivemos oportunidade de participar da construção desse projeto, em diversos momentos, aqui, em Minas Gerais.

Gostaria também de informar aos integrantes da Comissão, ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator, que em Minas Gerais não foi necessária a recriação de uma autarquia de desenvolvimento territorial. Nosso Governador, Aécio Neves, sintonizado com a importância de se ter uma ação coordenada para dar realmente impacto nas políticas públicas do desenvolvimento territorial, criou a Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas, Vale do São Mateus e região central de Minas. Certamente, com a missão de articular com as diversas secretarias temáticas do Estado e com os diversos Ministérios — inclusive, já temos hoje convênios assinados com 4 Ministérios do Governo Lula, todos com programas de inclusão social no Vale do Jequitinhonha, Mucuri e norte de Minas —, a SUDENE será mais uma fonte vigorosa por meio da qual poderemos, numa ação coordenada, alcançar o impacto desejável de não mais só ficar gastando recursos com políticas públicas, sem conseguir a transformação do Índice de Desenvolvimento Humano na região.

Para finalizar, gostaria de me somar aos Deputados Federais Athos Avelino e Márcio Reinaldo Moreira e a outras lideranças na questão do semi-árido. Realmente, o grande clamor deste momento é a inclusão desses Municípios. Ainda ontem estive no Município de Ponto dos Volantes com diversas lideranças. O Município, ao ser emancipado, perde uma condição, ligada ao fator climático, que lhe era garantida antigamente. É uma questão de justiça. Esse documento está sendo encaminhado



com o objetivo de resolver o problema de todos os Municípios do semi-árido brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelino Fraga) - Quero convidar para ocupar a tribuna o representante da Associação dos Prefeitos do Vale do Rio Doce.

(Não identificado) - Sr. Presidente, Deputado Marcelino Fraga, Sr. Relator, Deputado Zezéu Ribeiro, cumprimento o Deputado Leonardo Monteiro e demais Deputados Federais e Estaduais, os representantes de entidades microrregionais, os Srs. Prefeitos, os Srs. Vereadores, os representantes de outras entidades.

Já se falou de tudo o que é necessário para que o Presidente e o Relator se sensibilizem e conheçam de perto o que está acontecendo.

Meu Município é atendido pelo IDENE e pertence à Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Doce — ARDOCE. Setenta por cento de suas confrontações estão na área da SUDENE. Entretanto, o Município não faz parte da área abrangida pelo órgão. São fatos dessa natureza que a Comissão, com sua sabedoria e capacidade, deve analisar com muita sensibilidade. Há ainda projeto de lei do Deputado Leonardo Monteiro que também deve ser analisado com carinho.

O desenvolvimento não está ocorrendo na nossa região, que é pobre. Saímos do sistema extrativista e chegamos à situação em que estamos.

Os senhores conhecem bem a região de Montes Claros. Recordo-me quando, há 30 anos, Governador Valadares ocupava uma situação até privilegiada no Estado de Minas. Hoje, Montes Claros, que se encontrava numa situação inferior, sobrepuja Governador Valadares, que está em total decadência.

Nossa cidade-sede, Governador Valadares, aparentemente tem uma condição diferenciada, mas quando reunimos todos aqueles Municípios, levamos todos os problemas para aquelas cidades-sedes, que cairão nas mesmas condições de pobreza e miséria. Há pouco tempo, um hospital estava na iminência de ser fechado. Isto é consequência dos Municípios em torno daquelas cidades-sedes.

Estamos aqui para pedir aos integrantes da Comissão e aos Srs. Deputados que analisem o fato com carinho, de forma a fazer justiça. Realmente, estamos em situação de dificuldade e pobreza. Ficaremos muito gratos à compreensão de todos os senhores.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelino Fraga) - Convido agora a fazer uso da palavra o representante da FEMAN.

(Não identificado) - Caros Deputados Athos Avelino, Leonardo Monteiro e Márcio Reinaldo Moreira, quero cumprimentar toda a Mesa, juntamente com o Deputado Marcelino Fraga, o Deputado Zezéu Ribeiro, o Presidente da Câmara de Montes Claros, o Vice-Reitor; meus companheiros Prefeitos, como Sinval Miranda, Prefeito de Nova Módica e Presidente da ARDOCE, caro Prefeito de Coluna, companheiro na luta pelo asfaltamento da Rodovia MG-ES, Pimentel, Firmino, Presidente da minha associação microrregional, Associação dos Municípios do Médio Espinhaço, José Raydan Thomas, Prefeito de Dom Joaquim; Deputados Estaduais; Rogério Correia, caro amigo; Deputado Gil Pereira, futuro colega Gil Pereira, (*palmas*) Deputado Carlos Pimenta, senhoras e senhores Secretários-Executivos das Associações Microrregionais; Leo; Deputado Federal Isaías Silvestre.

Parabenizo a iniciativa do Congresso Nacional e do Presidente Lula de instalação da nova SUDENE como espaço de discussão, para que possamos, com a recriação desse órgão, que foi tão importante para Montes Claros, a região norte mineira, incluir os Municípios que não o foram na sua criação, como é o caso específico de nossas microrregiões, do Médio Espinhaço, do Vale do Rio Doce, do Vale do Suaçuí e do leste mineiro.

Caro Deputado Athos Avelino, quero também lamentar profundamente, na reunião que tivemos com o Ministro da Integração Nacional, as palavras de S.Exa., que tentou jogar um balde de água fria nas pretensões de Minas Gerais. Mas não conseguiu, porque estamos fundamentados na justiça e nos valores, como bem disse nosso Vice-Reitor, nos dados estatísticos e técnicos, que nos credenciam a estar incluídos na nova SUDENE.

A realidade da nossa microrregião vem desde o início da nova SUDENE. Conceição do Mato Dentro é um Município de 300 anos de idade, que nasceu do desmembramento do Município do Serro, como também nasceu Diamantina e grande parte do norte de Minas, da antiga comarca da Vila do Príncipe do Serro Frio, onde nasceram Teófilo Otoni, João Pinheiro, o primeiro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro João Evangelista Sayão Lobato, o grande general



brasileiro Gomes Carneiro, ou seja, aquela região é o berço do norte de Minas, o berço de Montes Claros. No entanto, no desmembramento e na criação da nova SUDENE, não fomos incluídos, como deveríamos ter sido.

Quando assumi a Prefeitura, logo nos primeiros meses, tive sério problema de água na comunidade rural e fui procurar a SUDENOR. Ouvi da Superintendência que infelizmente não poderia atender meu pedido porque meu Município não estava na área mineira da SUDENE. Ora, Conceição do Mato Dentro tem índices sociais de desenvolvimento humano inferiores aos dos Municípios incluídos na área mineira da SUDENE.

A inclusão dos Municípios é apenas a correção de uma injustiça histórica ocorrida quando da criação da SUDENE. Não estamos olhando para trás e acusando o órgão de ter sido um antro de corrupção e que, por isso, deveria ter sido extinto, como de fato aconteceu no ano passado. Mas apoiamos a revitalização da SUDENE com a blindagem que quer o Governo contra a corrupção, contra a má utilização do dinheiro público, sobretudo com a correção de injustiças históricas, como é o caso da exclusão, hoje, do Vale do Rio Doce, do Médio Espinhaço, do leste mineiro e dos Municípios da bacia do Suaçuí.

Quero dizer aos Srs. Deputados que os Municípios foram preteridos na discussão da reforma tributária. Os Governadores foram chamados, houve amplo debate sobre a distribuição do ICMS, mas nós, sobretudo dos pequenos Municípios de Minas, que vivem do Fundo de Participação, equivalente a 80% de sua receita, não fomos ouvidos. Conceição do Mato Dentro sofreu, de maio a julho, uma queda de 52% dos recursos provenientes do Fundo. Como nós, Prefeitos de Municípios pequenos, podemos cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal quando o Fundo de Participação, que representa 80% da nossa receita, cai 50% em 2 meses?

Guardei, Sr. Presidente, as palavras de V.Exa. quando disse que todos nós somos iguais perante a lei. Quero dizer que todos somos iguais perante Deus e não podemos fazer limites territoriais, seja através de rios, seja através de montanhas, seja através de vales. O limite para a região da SUDENE é o ser humano. Precisamos ver a realidade do povo dos nossos Municípios, que sofrem da mesma maneira que estão sofrendo os Municípios já incluídos na SUDENE.

Obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelino Fraga) - Com a palavra o Vereador Sued Botelho, representante da Associação dos Vereadores da Área Mineira da SUDENE — AVAMS.

O SR. SUED KENNEDY BOTELHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa-tarde. Em nome do Deputado Athos Avelino, quero trazer os cumprimentos a todos os membros da Mesa. Farei uso da palavra apenas para fazer referência a algumas situações que já ocorreram no passado.

Em primeiro lugar, a nova SUDENE ressurgiu com proposta de blindagem, com preocupação extrema de evitar atos de corrupção como os que ocorreram no passado — a área mineira da SUDENE foi exemplo disso. Evidentemente, a partir da intervenção da SUDENE, recebemos grandes investimentos e importantes empresas possibilitaram nosso desenvolvimento, mas houve também muita corrupção na região. Empresários inescrupulosos utilizaram os recursos da SUDENE criminosamente.

No entanto, esses empresários sequer foram punidos. No nosso entendimento, Deputado Zezéu Ribeiro, o Governo Lula, um Governo sério, que se propõe a recriar a SUDENE mediante blindagem, tem de necessariamente buscar os responsáveis pela sangria dos recursos públicos, em função da verdadeira roubalheira da qual este País e a nossa região, em especial, foram alvos. Pensemos também no presente em relação à SUDENE. Nossa região pode dar uma contribuição mais concreta e objetiva na sua recriação.

Propomos a realização de um amplo seminário, envolvendo trabalhadores, empresários, investidores e universidades, a fim de criar um projeto de desenvolvimento regional e setorialmente apresentar nossa contribuição à proposta de recriação da nova SUDENE, que está embasada, hoje, não apenas na discussão de técnicos, mas na participação da população e suas diversas representações.

Por último, quero apenas fazer um questionamento ao Relator, Deputado Zezéu Ribeiro. Tenho uma dúvida relacionada ao Conselho Deliberativo. Parece-me que a proposta seria constituir esse Conselho Deliberativo com Ministros, representantes de empresários, trabalhadores e Governadores. Quais os critérios que serão utilizados e quais os mecanismos que a sociedade civil organizada terá para acompanhar e interferir nesse Conselho Deliberativo?

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelino Fraga) - Ouviremos agora 3 Deputados Estaduais e 2 entidades. Depois passarei a palavra ao nosso Relator.

Com a palavra o Deputado Estadual Gil Pereira.

O SR. GIL PEREIRA - Boa-tarde a todos. Quero inicialmente saudar os Deputados Federais Marcelino Fraga, Leonardo Monteiro, Isaías Silvestre, Zezéu Ribeiro, Athos Avelino — de Montes Claros — e Márcio Reinaldo; nossos colegas Rogério Correia e Carlos Pimenta; a Vereadora Fátima Macedo e o Vereador Sued Botelho; os Prefeitos; as entidades de classe; os órgãos estaduais e federais; e o Prefeito de Rio Pardo.

Serei breve. Acredito muito no Governo Lula e na boa intenção da recriação da SUDENE. Não tenho dúvida de que ela nascerá forte, porque o está fazendo pelas bases, pelos debates, como esta audiência realizada em Montes Claros. Logicamente, todos os questionamentos são válidos.

Quero fazer uma indagação também quanto aos Municípios. O Município de São Romão estava ilhado e, durante 30 anos, não fazia parte da SUDENE. No último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso, foi incluído por meio de uma medida provisória. Deputado Márcio Reinaldo, Joaquim Felício e Buenópolis também não foram incluídos.

Quero fazer coro com outros Prefeitos de Minas Gerais. Temos de ver quais os Municípios de Minas Gerais que realmente fazem parte do semi-árido, que têm o seu IDH igual ao do Nordeste. Tive a oportunidade, Deputado Athos Avelino, há 3 semanas, de visitar a cidade de São Luís do Maranhão. Vi incluído o Estado do Maranhão na SUDENE e na SUDAM, mas não vi o semi-árido, pelo pouco que andei no Estado. No entanto, aquele Estado teve o benefício dessas 2 Superintendências.

A Comissão é capaz, e todos que falaram aqui já estão bem documentados para levar a nossa pretensão. Tenho certeza de que os incentivos que virão visam a que possamos ter equidade com o Estado de Minas Gerais e com as outras regiões do nosso País. Todos nós, que sofremos com a falta de recursos e de educação, causadores dessa desigualdade, lutamos para que as universidades realmente participem desse processo de desenvolvimento da SUDENE. Tenho certeza de que os senhores, que estão à frente da Comissão, ao final farão um belo projeto para que o Presidente Lula possa realmente resgatar a SUDENE.



Acreditamos muito no nosso Deputado Athos Avelino, no nosso Deputado Márcio Reinaldo Moreira e nos outros Deputados que não puderam estar presentes. Tenho certeza de que a Assembléia Legislativa também, com os Deputados Carlos Pimenta, Rogério Correia e os demais que não estão presentes, dará sua contribuição para que os senhores possam concluir com grande êxito esse trabalho da Comissão.

Muito obrigado a todos pela perseverança de estar na nossa cidade.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelino Fraga) - Com a palavra o Deputado Carlos Pimenta.

O SR. CARLOS PIMENTA - Boa-tarde a todos. Agradeço aos Deputados Federais integrantes da Comissão Especial pela presença em Montes Claros. Quero cumprimentar todos na pessoa do nosso companheiro e amigo Dr. Athos Avelino, nobre representante de Montes Claros, do norte de Minas, assim como o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, que faz um trabalho muito importante na nossa região. Cumprimento os colegas Rogério Correia, esse bravo Deputado do PT e grande companheiro; o Deputado Gil Pereira, de Montes Claros, também nosso amigo; todos os Vereadores na pessoa de Fátima Macedo; os Prefeitos, na pessoa do Prefeito Carlos Magno, representando a AMAMS neste momento; a imprensa; as senhoras e os senhores presentes.

Quero aproveitar esses 5 minutos, Presidente, para fazer algumas considerações e apresentar sugestões baseado na experiência que tivemos aqui. Temos acompanhado a atuação da SUDENE na nossa região há muitos anos. Fui eleito Vereador em Montes Claros em 1976, e tive uma vivência muito grande com a SUDENE na época. Fomos a Recife e tivemos em Montes Claros algumas reuniões do Conselho Deliberativo. É fundamental a descentralização das reuniões dos Conselhos Deliberativos, essa volta à descentralização.

A SUDENE renasce legitimamente, principalmente porque está nas mãos sensíveis de pessoas e políticos que entendem a região. Ela poderia ter sido criada por um ato do Presidente, mas quando o Congresso Nacional traz para si a responsabilidade de propor a recriação da SUDENE, a legitimidade está presente. Isso para nós é uma garantia. É o político que conhece o povo e anda pela região, e isso para nós é uma garantia muito importante.



Exatamente por isso, quero fazer a primeira observação. Historicamente, Minas Gerais sempre foi discriminada nas reuniões dos Conselhos Deliberativos da SUDENE. Por várias vezes, pude presenciar, como Vereador de Montes Claros em Recife, quando se falava dos projetos de Minas Gerais, o comentário: *“Mas por que Minas Gerais, um Estado do Sudeste, um Estado rico?”* As pessoas não conheciam a realidade que temos aqui. Esta metade superior de Minas vive a mesma realidade da Bahia, do Ceará, de Pernambuco; tem os mesmos sofrimentos, as mesmas características climáticas, as mesmas dificuldades, como o Prefeito disse muito bem.

É necessário que haja a sensibilidade de enxergar que esta parte Minas Gerais tem as mesmas dificuldades de outros Estados nordestinos. Somos muito diferentes da metade inferior de Minas; somos até discriminados dentro do Estado pelas outras regiões, e a nossa grande sustentação sempre foi a SUDENE. Portanto, vejo com muita alegria esse novo momento da SUDENE.

Lamentei quando extinguiram a SUDENE de forma totalmente errada e criaram a ADENE, uma agência de desenvolvimento que não deu nenhuma contribuição. Naquele momento, sentimos que estávamos realmente perdendo nosso principal fator de desenvolvimento e um importante companheiro para a nossa região.

O Vereador Sued Botelho falou muito sobre a corrupção que aconteceu no passado, e o Ministro Ciro Gomes citou a blindagem dessa corrupção. Mas existe outra porta de entrada, que deve ser fechada para não perdermos projetos importantes: o aproveitamento dos incentivos que a SUDENE vai oferecer aos empresários, seja na área industrial ou pecuária, durante determinado tempo. Nesta região, muitas indústrias fecharam, coincidindo exatamente com o fim dos incentivos fiscais.

Esta deve ser uma preocupação constante no projeto de recriação da SUDENE: evitar que os empresários que não têm nenhuma relação nem compromisso com nossa região venham para cá, tirem vantagem durante 10 anos, quebrem suas indústrias e saiam com os bolsos cheios de dinheiro, deixando apenas um cemitério de indústrias. (*Palmas.*) Quiseram dar a pecha de cemitério de indústrias a Montes Claros. Invoco o testemunho do Alexandre, do Marcelo Furtado, que está presente, para confirmar que nossos empresários nunca concordaram com esse tipo de tratamento que davam a nossa região.



Chamo a atenção para a prioridade de projetos que têm a ver conosco. Qual é a realidade do norte de Minas? Qual é a nossa vocação? É a agropecuária, é o turismo, indústrias que aproveitam a mão-de-obra e as potencialidades locais. É por isso que nossa fábrica de cimento está funcionando a todo o vapor; é por isso que temos a Coteminas, que aproveitava — e espero que volte a fazê-lo — o algodão da região, grande fator de desenvolvimento do norte de Minas.

É importante que se dê espaço também para as pequenas e médias empresas. É preciso acabar com o pensamento de privilegiar apenas as grandes. O Deputado Athos Avelino esteve em Pirapora. Estamos lutando pela implantação do projeto de criação de uma barragem no Rio Jequitaiá, que vai custar 127 milhões de reais e vai irrigar 35 mil hectares e gerar 70 mil empregos. Quando se implanta uma indústria automobilística, cada emprego custa mais de 1,5 milhão de reais, enquanto projetos agropecuários podem gerar emprego seguro ao preço de 20, 25 mil reais. É importante que essa prioridade para as pequenas e médias empresas conste no relatório.

Já comentei sobre o Conselho Deliberativo, mas é importante a presença dos conselheiros, em sistema de rodízio, em vários Estados. Como é bom receber os Governadores do Nordeste brasileiro aqui, em Montes Claros, como já aconteceu, e os Ministros para discutirmos os projetos locais! Nossos projetos têm muito mais força quando são discutidos em Minas Gerais do que quando o são em outro Estado do Nordeste. Aqui existe também a força das lideranças.

Chamo a atenção para a integração dos órgãos governamentais nessa proposta de recriação da SUDENE. Temos o DNOCS e a CODEVASF, órgãos que agem de maneira independente, mas têm a mesma função. É importante que a SUDENE coordene as ações desses órgãos. Caso contrário, pode haver favorecimento político de determinadas cidades em detrimento de outras. Esse processo de integração de ações, principalmente no combate à seca, tem de fazer parte desse órgão maior que será a SUDENE.

Cumprimento os Prefeitos, a quem agradeço pela presença. Nós, Deputados Estaduais, estamos absolutamente integrados nesse pensamento e queremos que o Governador Aécio Neves também entre nessa briga, porque quem conhece o Jequitinhonha e o Rio Doce sabe das dificuldades por que aquelas regiões estão passando. Nós, Deputados do norte de Minas, seremos solidários para que o Rio



Doce também possa participar neste momento. (*Palmas.*) Para tanto, vamos criar uma comissão permanente na Assembléia Legislativa de Minas para acompanhar o desenvolvimento do norte de Minas — Mucuri, Jequitinhonha e, se Deus quiser, o Vale do Rio Doce — nessa nova SUDENE que surge e que nos traz, acima de tudo, esperança.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelino Fraga) - Convidamos o Dr. Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA - Sr. Presidente, Sr. Relator da Comissão Especial que analisa o projeto de lei complementar, do Presidente Lula, que propõe essa nova SUDENE, companheiros Deputados Federais, em primeiro lugar, parabênizo a Comissão e também os Deputados Federais da região que acompanham com bastante afinco essa discussão fundamental.

Início por onde o Deputado Carlos Pimenta terminou, dizendo que na Assembléia Legislativa precisamos também levantar essa discussão. É preciso, sim, uma comissão especial para acompanhar o trabalho de discussão dessa nova SUDENE. Estamos aqui o Gil, eu e o Carlos Pimenta, número suficiente de Deputados para iniciar essa discussão na Assembléia Legislativa e convencer os demais Deputados da importância da criação dessa nova SUDENE e as perspectivas que se abrem para Minas Gerais.

Foi muito bem exposto pela Comissão — o Relator Deputado Zezéu Ribeiro já disse muito bem — que não basta recriar burocraticamente a SUDENE. É necessário envolver a nossa sociedade na discussão do que será a SUDENE, qual a importância, o papel e a abrangência que ela terá. Essa discussão precisa de fato ser mais bem feita, e o Estado de Minas Gerais precisa ter mais consciência sobre o modelo que queremos criar.

Para mim, Sr. Presidente e Deputado Zezéu, o Governo anterior não terminou com a SUDENE por causa de corrupção coisa nenhuma! A corrupção foi um dos elementos, mas, se ele quisesse combater a corrupção, o faria com ação e não com a desativação da SUDENE. A corrupção foi apenas uma desculpa, mas não o motivo. Se fosse motivo acabar com a SUDENE a causa da corrupção, talvez o Governo anterior tivesse fechado o Brasil, porque as denúncias de corrupção eram tantas que seriam fechados órgãos e mais órgãos denunciados. Acontece que não



havia um modelo de desenvolvimento brasileiro. O modelo do Governo anterior era deixar que as coisas acontecessem, mas observando para que lado os ventos do capital financeiro internacional sopravam. Então, não havia um modelo de construção no Brasil. Essa é a verdade.

Portanto, devemos reconstruir o modelo, algo que vinha antes do projeto neoliberal. Mesmo que de forma titubeante, era algo que vinha, como citado pelo nosso Relator, desde Juscelino Kubitschek. Esse modelo teve uma interrupção por intermédio de um modelo ou outro, que é um modelo que colocava o Brasil completamente submetido àquele modelo econômico do capital financeiro internacional.

Hoje estamos rompendo com isso, e, ao romper, é preciso que se recupere o que foi no passado, mas que se avance democratizando e incluindo instituições que existiram. É o caso, por exemplo, da SUDENE, que foi interrompida nesse processo. Mas não foi somente ela. Estava conversando com o Paulo Guedes agora, e ele estava me dizendo que o DNOCS chegou a ter, aqui na região, cerca de 1.000 empregados; hoje tem 29. Ora, praticamente desbarataram também o DNOCS, terminaram também com o DNOCS.

(Não identificado) - Chegaram a extinguir.

O SR. ROGÉRIO CORREIA - Chegaram a extinguir. Então, hoje tem 29. Eles desativaram praticamente, porque não há um modelo. E esse modelo deve ser retomado com essa discussão.

Esta é a grande vantagem do início do Governo Lula: isso tem sido feito de forma democrática, com discussão. Essa é uma característica importante deste Governo. A Comissão está de parabéns em fazer isso e entender o espírito da construção democrática para que a nova SUDENE possa dar certo.

Deve ser analisado o que os companheiros estão trazendo sobre o Vale do Rio Doce. Essa hipótese deve ser levada em consideração, deve ser discutida em Minas Gerais. Temos que ver quais os parâmetros, o que significa o desenvolvimento para o Nordeste e para áreas que, portanto, se assemelham ao Nordeste, como é caso do norte de Minas, e que, portanto, precisam de um tratamento desigual porque as condições de desenvolvimento são desiguais.

O desenvolvimento sustentável é a marca dessa região, do cerrado, das caatingas, do semi-árido. Essas semelhanças precisam ser costuradas através da



SUDENE, mas dentro da concepção de um modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. Essa é a grande discussão que a Comissão está fazendo.

Há o reconhecimento de que o norte de Minas já faz parte da nova SUDENE. No início, essa região não era atendida pela Superintendência, mas, com o acúmulo de anos, da construção e da experiência, obtivemos essa conquista. Agora, é preciso que, de forma mais madura, e retomando o desenvolvimento brasileiro, possamos fazer com que a SUDENE tenha ainda um papel mais importante do que já teve até o dia de hoje para o nosso País.

Eu queria terminar parabenizando os senhores e o Governo Lula por estar compreendendo essa nova etapa de construção de um novo Brasil. Estou muito otimista em relação ao Brasil, e digo isto claramente aos Prefeitos. Nunca imaginei que o Brasil tivesse condições de sair desse buraco grande e profundo — estávamos indo realmente para o abismo — e criar as condições para um novo patamar de desenvolvimento econômico, de modo a crescermos com segurança, a partir das bases e das reivindicações feitas de um modelo próprio para que o Brasil se torne uma grande nação.

Parabéns à Comissão! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelino Fraga) - A seguir, vamos ouvir duas entidades e, depois, voltaremos a palavra ao Relator para encerrar os trabalhos.

Concedo a palavra ao representante da CUT da região norte de Minas Gerais.

(Não identificado) - Eu queria saudar a Mesa na pessoa do Leonardo Monteiro, nosso companheiro há muito tempo no movimento sindical, que hoje é Parlamentar. A história não nega seu comprometimento com os trabalhadores.

Serei breve na minha fala. Fiquei feliz quando vi o regimento aprovado pelo Congresso Nacional dispor claramente como alguém pode ser do conselho deliberativo. Pela primeira vez, estamos vendo que os trabalhadores vão participar do conselho deliberativo. A proporção estabelecida foi de 3 empresários e 3 trabalhadores. Isso é interessante, e fiquei feliz em saber que aquele que faz a história também vai ser lembrado como sujeito do processo.

Outra questão que eu queria saber da Comissão é esta: em que ponto está a CPI da Corrupção? Ocorreu na cidade Capitão Enéas a comprovação de fraude, desvio de verba numa metalúrgica, e o povo do meu Estado quer saber como está



essa situação, se houve devolução aos cofres públicos, como foi a punição dos corruptos. Essa foi uma situação concreta; a imprensa publicou e mostrou a fábrica fantasma que consumiu mais de 40 milhões de reais e não tinha patrimônio nem de 3 milhões de reais.

Quero parabenizar o Governo Lula e principalmente o Ministro Waldir Pires, baiano colega seu. Segundo dados colhidos da Internet, das 50 Prefeituras fiscalizadas, 45 têm um alto índice de corrupção. Estou querendo fazer um alerta. Por isso é importante a preocupação dos trabalhadores, essa fiscalização dos trabalhadores, dos Parlamentares, dos políticos sérios, enfim essa participação popular.

Há 15 anos sou do Conselho de Saúde de Montes Claros. Agora, tudo que se aprova na saúde tem de, primeiro, passar pelo Conselho. Então, o Conselho tornou-se importante e poderoso porque realmente faz o controle social. Acho que, para uma administração séria nas Prefeituras, nos Governos Estaduais e Federais, é preciso haver participação popular, é preciso contar com os trabalhadores nos conselhos deliberativos para se poder fiscalizar e contribuir com a gestão. Por isso, quero parabenizar desde já o conselho deliberativo da nova SUDENE, porque terá a participação e a marca dos trabalhadores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelino Fraga) - Quero convidar o representante do Consórcio Intermunicipal do Rio Pardo, Sr. Edson.

(Não identificado) - Sr. Presidente, enquanto o Prefeito Edson chega aqui, quero fazer um convite em nome da UNIMONTES, da AMAMS e do Conselho de Secretários Municipais de Saúde. Hoje, encontra-se em Montes Claros a Dra. Maria Luiza Jaeger, do Ministério da Saúde. Ela proferirá, à tarde, uma palestra sobre atenção básica e políticas públicas da saúde na UNIMONTES. Todos estão convidados a assistir a essa palestra.

O SR. EDSON - Sr. Presidente da Comissão, Sr. Relator, Srs. Deputados Federais, Srs. Deputados Estaduais, órgãos de representação de classe, sociedade civil organizada, gostaria de cumprimentar os Vereadores de Montes Claros na pessoa de Fátima Pereira Macedo, nossa companheira.

Quero salientar a presença do nosso companheiro de Montezuma, o Vereador Devaldo, que está representando aquele Município neste evento. Faço um



destaque especial aos Prefeitos das outras regiões que aqui se encontram, como o companheiro José Fernando Aparecido de Oliveira, de Conceição do Mato Dentro; Sinval Neves Miranda, Prefeito de Nova Módica; Almerindo Augusto, Prefeito de Coluna; e o Prefeito Felipe Gonçalves, de Mendes Pimentel. Os nossos cumprimentos aos senhores.

A partir da criação da Secretaria de Desenvolvimento Regional, comandada atualmente pela Secretária Elbe Brandão, fruto da vontade política do Governador Aécio Neves, o norte de Minas, o Jequitinhonha e o Mucuri estão pensando juntos. Por isso precisamos nos somar ao Vale do São Mateus, ao centro de Minas, comandado por Curvelo, e às regiões que hoje pleiteiam ingressar na SUDENE para fazer um único coro e estabelecer uma área geográfica determinante para resgatar a nossa pobreza dentro de um pacto novo de política, em Minas e no Brasil.

Vi o Sr. José Aparecido defender ardorosamente o ingresso de sua microrregião do Médio Espinhaço, que é composta de 13 Municípios, na SUDENE. Quero lembrar-lhe que, quando o Governador Aécio Neves criou a Secretaria de Desenvolvimento Regional, escrevi artigo para um jornal que dizia que só se concretizaria uma política de justiça social no seu Governo a partir do momento em que se incluísse a região do Médio Espinhaço mineiro na SUDENE, uma vez que é a porta de entrada do Jequitinhonha. Aquela é uma região que não está em canto nenhum: não está no centro, não está no Jequitinhonha, não está no Vale do Rio Doce. É preciso então dar condições a essa região, já que o IDH e o Índice de Desenvolvimento Infantil são semelhantes ou inferiores aos nossos. Então, a sua inclusão seria uma forma de se fazer justiça.

Sou municipalista e reitero esse pedido aos membros da Comissão, em especial o Sr. Relator e o Sr. Presidente: que convençam o Ministro Ciro Gomes, o Governo Lula e o Congresso Nacional a estudarem a inclusão dessas regiões, porque não há como desenvolver um Estado com tamanhas desigualdades regionais.

O Vice-Reitor da Universidade do Vale do Rio Doce apresentou-nos um trabalho competente. E é bem capaz que, utilizando esse trabalho, os senhores consigam convencer o Congresso Nacional e o Governo Lula da necessidade de se incluir essas regiões nesse programa. Parabéns pelo seu trabalho! (*Palmas.*)



Quero dizer aos Deputados Federais que, na primeira abordagem de recriação da SUDENE, a Profa. Tânia Barcelar, Secretária de Políticas Regionais do Ministério de Integração Nacional, solicitou à Secretária de Desenvolvimento Regional, Elbe Brandão, que promovesse uma reunião com as associações microrregionais da SUDENE para que fosse escolhido um representante para representá-las no seu conselho deliberativo ou nos seus comitês gestores. Tive a felicidade de ser escolhido naquela ocasião — estava presente o Prefeito de Nova Módica, Sinval Neves —, juntamente com o Prefeito Marquinhos, de Carbonita, para representar os Municípios da área mineira da SUDENE perante o conselho deliberativo. Ao fazer o uso da palavra, assumi o compromisso de que, onde quer que estivesse, cumpriria o meu dever por ter sido escolhido naquela ocasião e que defenderia a região pobre de Minas Gerais, que não é só o norte mineiro, o Jequitinhonha e o Mucuri, mas todas as regiões compostas por vocês.

Parabenizo o Governo Lula, que poderia ter assinado um ato recriando a SUDENE. Mas essa não é a filosofia de seu Governo, que é inovadora. Sem querer diminuir a complexidade do que isso significa, governar é enfrentar desafios, encarando-os com coragem, decisão, firmeza e competência. (*Palmas.*) Não podemos negar que esse processo de reconstrução do Brasil não se deve apenas a este novo Governo, que merece o nosso aplauso, os nossos elogios, os nossos maiores encômios. Este Governo pegou um Brasil feito, uma democracia moderna instalada por Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, e o Governo que o antecedeu, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, tem o seu mérito nesse processo.

Não podemos utilizar apenas a palavra cega do politiquismo, definindo linhas que denigrem um governo no seu todo. Todo governo tem falhas. Não nego que os governos anteriores falharam, pecaram; não nego que este não vá falhar e pecar. Mas quero abrir os olhos dos integrantes Congresso Nacional, pois estamos vivendo um tempo de vontade política, decisão, ação e iniciativa encabeçado por um homem que nasceu do nada mas tem a força de vontade para vencer, a força da sua auto-estima, que é Lula; mas seu Governo é fruto de um processo e não apenas de agora. Não podemos nos esquecer de que tudo o que foi construído neste País devemos aos nossos antepassados. Eles merecem este elogio.

Ofereço estas palavras aos Deputados Estaduais e Federais presentes: unidos poderemos construir uma Minas Gerais melhor, sem desigualdades



regionais. Como profetizou João Guimarães Rosa, Minas são várias. Minas são várias, sim: são as Três Minas de Aécio Neves.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelino Fraga) - Vamos ouvir agora as palavras finais do nosso Relator, Deputado Zezéu Ribeiro.

O SR. DEPUTADO ZEZÉU RIBEIRO - Como Relator, vim a esta reunião por conta de uma decisão, tomada inicialmente por mim, mas que depois teve o apoio de todos os companheiros. Quando fui designado Relator, disse que teria de ir às Capitais do Nordeste, a Montes Claros e ao centro-sul do País para discutir a SUDENE. Isso tem um simbolismo enorme. Aconselharam-me a não vir a Montes Claros porque iríamos ter discussão sobre território, limites e área de abrangência da SUDENE. Mas disse que queria conhecer essa realidade. Temos que ter capacidade para enfrentar essa questão.

A exposição feita pelo Vice-Reitor da UNIVALE é uma contribuição importante que temos que considerar, discutir, avaliar. Mas temos que ter a medida para fazer essa discussão. Quer dizer, tem que haver limite.

Quanto a isso, dirijo-me, fraternalmente, ao Prefeito José Aparecido, que disse que o limite não é o vale nem o rio; é o homem. Não, não é. O limite é o vale, é o rio, é a região. Trabalhamos considerando a região, a fim de evitar o discurso fácil, que não resolve o problema. (*Palmas.*) Trabalhamos na concepção efetiva de um território que tenha as mesmas características edafo-climáticas, quer dizer, é o solo, a cobertura vegetal, a realidade climática, a cultura, a tradição, o desenvolvimento social. Isso configura uma região.

Esse é o aspecto fundamental para a definição. Senão, considerando somente o homem, pode ser em qualquer lugar, e podemos nos perder nesse processo. Temos que ter o cuidado, a responsabilidade nessa definição. Não temos posição fechada em relação a isso. Veio uma contribuição importante e vai reforçar o trabalho que temos feito, e para conquistarmos isso é preciso termos articulação política, um processo de construção. Essa é a primeira questão.

A segunda questão que quero levantar, fruto deste debate, é o processo cultural da formação de nosso povo. No início, referi-me a essa questão. O Deputado Rogério Correia levantou essa questão com propriedade: que expectativa temos agora na construção de uma nação?



Passamos, no Brasil, por um processo patrimonialista, dos donos do poder. Isso vem desde a chegada dos portugueses, que não vieram para constituir uma nação, mas para explorar e levar as nossas riquezas. É isso. Desde a nossa formação, temos esse problema. Constituiu-se uma elite com esse sentido. Já faz 120 anos que acabamos com a escravidão, mas não estabelecemos a cidadania; por isso a situação delicada do nosso povo. Essa é uma consequência. Em 1930, com Vargas, tivemos uma chance de fazer o Brasil. Agora, com Lula, temos outra chance — mas isso não é de graça.

Vamos ou não fazer deste País uma nação? Queremos criar as condições, mas isso vai depender do envolvimento, da responsabilidade de todos nesse processo. Esse é o desafio. Se não entendermos assim, caímos, de novo, no patrimonialismo, aquela coisa aberrante que vimos na reforma tributária. Dizem que passou tudo, mas não passou o ponto sobre herança. Há países que cobram até 75% da herança; no Brasil, cobra-se apenas 4%. Essa é uma questão maior.

Como vamos construir um instrumento como esse que não seja burocrático? Como dar vida a isso? Essas medidas tomadas, de ser projeto de lei, de fazer audiência sobre tudo, é para incorporar esse sentido, como projeto de Nação, com controle social. Vamos respeitar o pacto federativo, dar vez aos Governos estaduais e às Prefeituras nesse processo, mas com controle social. Há muito Prefeito honesto, mas há também muitos picaretas, sabemos disso. Mas não podemos defender isso no universo geral. Como há Deputado honesto, há aquele picareta, e o mesmo acontece com Governador, empresário, trabalhador. Não podemos universalizar isso.

O que cabe à sociedade fazer? Estabelecer mecanismos de controle social. Há o controle institucional, respaldado pelo trabalho do Ministro Waldir Pires, que quero homenagear por fazer esse fórum democrático por acesso de sorteio, em que todos são fiscalizados. Os gregos já nos ensinaram que por meio da amostragem se dá o controle geral. Nada é dirigido; tudo é feito por sorteio. Todos estão habilitados a serem fiscalizados. Isso cria uma cultura. Então, tem o controle institucional. Estamos preocupados com isso.

No controle institucional, temos a Controladoria Geral da União e os Tribunais de Contas. Estamos preocupados com os Tribunais de Contas, que não podem ser



esse instrumento de manipulação política que são. (*Palmas.*) Estamos trabalhando nisso. Vamos inverter esse processo.

Na Bahia, o Tribunal de Contas funciona como uma máfia. A máfia vendia segurança; na Bahia se vende direito à corrupção — “*venha para o meu lado que você tem suas contas aprovadas!*” É assim na Bahia, e sei que é assim também em muitos outros locais.

Há o controle da sociedade. Quero saber como é o Prefeito, a composição dos conselhos nos Municípios, se o conselho é formado pelos parentes do Prefeito, como são as associações, se o sindicato dos trabalhadores rurais arranja uma associação para representar o trabalhador para não haver controle social e manipular. Na composição dos conselhos é que poderemos ver a honestidade do Prefeito. Quem manipula o conselho é porque quer roubar, não quer controle social. Se o conselho é formado efetivamente pelas forças vivas da sociedade, se a associação dos empresários, a associação industrial e comercial estão fazendo parte, se o sindicato do trabalhador rural e a Igreja têm participação, seja da denominação que for, então tudo bem. Mas, se a igreja o Prefeito controla, se a associação o Prefeito controla, ou o sobrinho, não sei o quê, não há controle social.

São essas questões que devemos entender.

Vamos respeitar isso. Vamos deixar o dinheiro na mão do Prefeito, mas vamos exigir o controle social. Estamos fazendo isso no Fome Zero. Está mudando a cultura. Nos programas assistenciais do Brasil, cada programa tinha um cadastro; cada programa era de um Deputado para manipular o cadastro e os recursos, para fazer politicagem ou apropriação dos recursos. A unificação do cadastro é uma mudança profunda nessa realidade. É um cadastro único, que vai ser público, para que o vizinho saiba se o outro está recebendo ou não, e exercer o controle. É isso que vai mudando na sociedade brasileira. Quando essas informações são de domínio público, isso significa uma mudança profunda. A transparência é que vai modificar essa situação.

Como isso rebate aqui na SUDENE? Os Prefeitos vão estar presentes no Conselho Deliberativo da SUDENE. A questão é essa. Cheguei a sugerir no primeiro debate que as universidades estivessem presentes no Conselho Deliberativo, mas, quando se coloca a universidade, fica faltando outra coisa; aí se faz uma coisa muito grande e não funciona. Então, qual é a representação para o nível regional que é



universal? São os governadores. É o Poder Federal, são os Governadores. Assim se vai ter a representação dos Prefeitos, dos empresários, dos trabalhadores. É uma representação mínima, mas fiscalizando, presente, com ampla participação, inclusive podendo ser majoritária nos comitês gestores, que são comitês gestores e de controle social.

Se conseguirmos costurar essa engenharia política, acho que avançamos significativamente. Isso em um Estado laico, democrático, público, republicano. Este é o desafio. Acho que essa modelagem vai dar um espaço muito grande para isso, para podermos definir os ramos de atuação. O Conselho Diretor define diretrizes e prioridades, mas a gestão, a elaboração se dá cá.

Aí quero dialogar com vocês e levantar o problema de a SUDENE analisar projeto. Não queremos uma SUDENE como antes, com 1.800, 2.000 funcionários. Queremos uma SUDENE forte, mas com 200 funcionários. A operação tem que ser feita no banco. Os instrumentos de incentivo fiscal vão continuar, mas vão ser dirigidos, direcionados. Vamos trabalhar muito mais em cima do mecanismo do incentivo fiscal e acabar com a intermediação, os certificados de investimento, que tinham valor de face e eram negociados em debêntures, e que, depois, iam para a Bolsa; eram vendidos por 10%, mas o Governo emprestou 100. Ele empresta 100, resgata depois por 5.000, e é isto que se entrega para o Governo. Então, o empresário sai rico, e isso é feito por corrupção, pelos próprios mecanismos que foram criados ou por exigência da tecnoburocracia. Temos de simplificar os processos.

Hoje, para empréstimo para agricultura familiar, o trabalhador rural dá uma assinatura só no Banco do Nordeste; até o ano passado, ele assinava 14 vezes. Repito: 14 vezes! Estamos simplificando os processos, porque isso é democratizar o crédito. A pessoa precisava assinar 14 vezes para tomar empréstimo no banco, porque papel leva a fazer isso. Agora é uma única assinatura. Vamos fazer isso para a indústria e para o comércio; estamos simplificando os processos nesse sentido.

Queremos fazer a indução pelo financiamento com aqueles critérios que citei. Quer dizer, a pessoa vai fazer um investimento que não tem um critério locacional muito definido onde possa trabalhar. Então vamos ver onde é que aplica esse dinheiro. Quando realizei audiência em Salvador, saiu no jornal que a SUDENE não iria beneficiar Salvador. É a leitura pelo negativo da coisa que a imprensa faz. Eu



disse que não era para trazer investimento, mas para fazê-lo nas áreas mais débeis, mais frágeis. Então, não é para concentrar. Porque tratavam o Nordeste como um todo e se aplicava em Salvador, Recife e Fortaleza. Não pode ser assim, porque, se conceder igual, a pessoa vai preferir ir para lá.

Então, se uma região é mais debilitada, recebe mais incentivo; se uma região agrega trabalho, tem mais incentivo; se traz inovação tecnológica, tem mais benefício. São critérios que têm de ser trabalhados como faz o PRONAF hoje. É um empréstimo de arremate de até 80%. Vamos trabalhar desse jeito; quer dizer, financia, mas, depois, exige-se pagamento em dia. Então, se você paga em dia e contou com aqueles pontos, é um critério de ponto e você não vai voltar a pagar o que já fez, que é um juro negativo no sentido do benefício social. É a utilização desse critério. Estamos montando essa engenharia, porque há diversas experiências. Mas se cria também um mecanismo de controle social, com acompanhamento.

Muitas das debilidades da SUDENE ocorreram inclusive por conta do atraso na liberação dos recursos e não por culpa apenas do empresário. Essa é uma questão séria, e só vamos trabalhar no sentido de recuperar os fundos. Para haver empréstimo os recursos têm de ser assegurados; não se pode passar por esse processo de alongamento. Por exemplo, há um cronograma para implantar um projeto em 2 anos, mas os recursos só saem em 5 anos.

Portanto, estamos buscando criar esses instrumentos. Consideramos que as regras e processos são impraticáveis, e por isso estamos trabalhando no sentido da reversão dessa questão.

Por fim, há duas coisas que me parecem importantes. Uma é o esclarecimento em relação à corrupção do FINOR. Um amigo me disse: *“Mas Lula está aí há 8 meses e não colocou ninguém na cadeia!”* Quer dizer, é uma simplificação, pois não cabe ao Executivo nem ao Legislativo colocar ninguém na cadeia.

O Deputado Pimentel foi Relator do processo do FINOR. Acabado o processo, S.Exa. deu entrada no Ministério Público, a quem cabe propor a ação judicial. Então, há muitos processos administrativos e judiciais. Quem coloca na cadeia, depois, é o juiz. Não dá para fazer e acontecer. São os limites mesmo da legislação e da distribuição de responsabilidades no Brasil.



Então, foi importante a CPI do FINOR. Constataram-se muitos desvios e deu-se o encaminhamento correto a isso, ao Ministério Público, que ajuíza a ação. E este ajuizou diversas, na Justiça.

Foram muitas as contribuições, como a do último companheiro que se manifestou, que é presidente de um consórcio intermunicipal. Os consórcios intermunicipais, institutos como o IDENE, as diversas formas de associação que temos visto, que não são apenas do Executivo, mas têm a participação paritária da sociedade, do Executivo, das Câmaras de Vereadores, da universidade, essas formas autônomas de organização são elementos fundamentais para a promoção do desenvolvimento; o aspecto gregário, organizador dessas sociedades consubstancia.

No nosso desenho da SUDENE, a universidade tem um papel determinante. Ela tem que estar em todos os comitês gestores — tanto as universidades públicas, federais, estaduais, como também as privadas, as comunitárias —, nas diversas formas de saber, de produzir o conhecimento e de levá-lo à prática. Então, a extensão e a pesquisa são determinantes no salto de qualidade.

Hoje o conhecimento é um capital fundamental do desenvolvimento. Temos que erradicar o analfabetismo. O programa Brasil Alfabetizado visa acabar com ele. Somente o Estado não acaba com o analfabetismo; é preciso que os empresários, que a CUT, que as Câmaras de Vereadores também se envolvam nisso para podermos erradicar essa chaga e trabalhar pela inovação tecnológica, pela inserção digital. Hoje, quem não souber operar um computador está fora do mercado, dos processos. Em breve um porteiro de prédio vai estar trabalhando com um computador à mão. Então, a inserção digital é fundamental e dá uma alavancagem ao desenvolvimento.

O processo de interiorização das universidades federais é uma diretriz, respeitando a autonomia, mas é uma diretriz de Governo. Estamos vendo o mesmo processo que se está desenvolvendo, porque tenho dito que fazer essa maratona que estou fazendo, com prejuízos das relações de família e tudo mais, me tem engrandecido enormemente. E saio de Montes Claros com uma outra compreensão da reivindicação de todos, da incorporação do sentido do papel do Estado na indução do desenvolvimento contra o Estado minimalista que queriam implantar no Brasil. O Estado tem que ser indutor, tem que ter capacidade política de fazer a



indução para poder alimentar os processos produtivos, completar as cadeias produtivas, trazer conhecimento ao povo. É um desafio enorme. Mas só vamos conquistar se estivermos de mãos dadas nesse processo para introduzir, na cultura brasileira, uma outra forma de pensar o nosso Brasil e o nosso povo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelino Fraga) - A Comissão agradece aos Deputados Federais da região, aos Deputados Estaduais, aos Prefeitos, aos Vereadores, à presença, que, com certeza, contribuiu, e muito, para que esta Comissão possa realizar um grande trabalho com vistas à recriação da SUDENE.

Muito obrigado. Boa-tarde a todos. (*Palmas.*)